

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: 01/01/2013 a 31/01/2013**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Índice

Obra do 'Velho Chico' retalha propriedades – Folha de São Paulo. 01/01/2013	5
Agricultores perderam suas fontes de água – Folha de São Paulo. 01/01/2012.....	6
Grupos ligados ao campo são destaque na bolsa. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 02/01/2013.....	7
Concentração na área de insumos mais do que dobra em 20 anos – Valor Econômico. 02/01/2013.....	9
MT emplaca secretário de Política Agrícola. Fabiana Batista e Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 03/01/2013	11
O Brasil Carinhoso cresceu. Tereza Campello – Valor Econômico. 03/01/2013	11
Milho em lavoura de soja preocupa produtor de MT. Tarso Veloso – Valor Econômico. 03/01/2013.....	13
Neri Geller assume Secretaria de Política Agrícola – Site do MAPA. 03/01/2013	14
Ajuda humanitária internacional contempla 30 países em 2012 – Site da CONAB. 04/01/2013.....	15
Produtora investe em agroturismo com incentivo do Pronaf – Site do MDA. 04/01/2013	15
CMN anuncia novas medidas para setor rural. Tarso Veloso – Valor Econômico. 08/01/2013.....	17
Mercado de máquinas agrícolas registra um novo recorde em 2012. Carine Ferreira – Valor Econômico. 08/01/2013	17
Venda de sementes pode aumentar 10% em 2013. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 08/01/2013	19
Milho turbinou lucro da Monsanto no 1º trimestre. Fernanda Pressinott e Mariana Caetano – Valor Econômico. 09/01/2013.....	19
Leilões da Conab fecham negócios de mais de R\$ 700 milhões em 2012 – Site da CONAB. 10/01/2013	20
Exportações do agronegócio registram maior valor da história – Site do MAPA. 10/01/2013.....	21
Sul e Centro-Oeste produzirão 78% da safra de grãos 2012/13 – Site do MAPA. 10/01/2013.....	23
Ministério da Agricultura marca presença no Fórum Social Mundial – Site do MAPA. 16/01/2013.....	24
Mecanização já atinge 85% da colheita de cana do país. Bettina Barros – Valor Econômico. 16/01/2013	24
Governo volta a renegociar dívida rural. Tarso Veloso – Valor Econômico. 16/01/2013.....	26
TMG desponta em pesquisa de sementes para soja. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 16/01/2013	27
Balanço: cinco mil famílias de povos e comunidades tradicionais foram beneficiadas em 2012. Site do MDA. 17/01/2013.....	28
Produtos brasileiros são destaque na Winter Fancy Food Show 2013 – Site do MAPA. 18/01/2013.....	29

Múltis buscam 'proximidade' com clientes. Bettina Barros e Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 21/01/2013	30
Balanço: chamada específica de Ater garantiu autonomia para dez mil jovens rurais em 2012 – Site do MDA. 21/01/2013.....	32
Indústria deve ajudar Sudeste e Norte em 2013. Francine De Lorenzo – Valor Econômico. 22/01/2013	33
Núcleo de Estudos do MDA tem nova direção – Site do MDA. 22/01/2013.....	35
Produtividade brasileira de grãos cresce 24% em dez anos – Site do MAPA. 22/01/2013	36
Ministério discute escoamento de produção no Mato Grosso – Site do MAPA. 22/01/2013.....	37
Primeiras unidades armazenadoras da Conab recebem certificação – Site da CONAB. 23/01/2013.....	38
Uso de fertilizantes cresce 4,2% em 2012 e bate novo recorde. Carine Ferreira – Valor Econômico. 23/01/2013	39
Apreensão no campo. Tomás Balduino – Folha de São Paulo. 23/01/2013.....	40
Agronegócio rendeu US\$ 481 bi desde 2000 – Folha de São Paulo. 23/01/2013	41
Megainvestimento abre nova rota para soja. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 24/01/2013.....	42
Monsanto propõe acordo para suspender royalties. Mariana Caetano e Tarso Veloso – Valor Econômico. 24/01/2013	45
Êxodo rural impõe desafios a compradores de commodities. Sarah Murray Financial Times – Valor Econômico. 25/01/2013.....	46
Na África, agricultura virou a última opção de carreira – Valor Econômico. 25/01/2013	48
Restrições de imóveis rurais a estrangeiros. Marcelo J. L. Valença e Leandra C. S. Vinholi – Valor Econômico. 25/01/2013.....	49
Produtores rejeitam acordo com Monsanto. Tarso Veloso – Valor Econômico. 29/01/2013.....	51
Agricultura ainda gera desconfiança. Louise Lucas Financial Times – Valor Econômico. 29/01/2013	52
Candidato à OAB pediu autorização para plantar soja em fazenda no PI – Folha de São Paulo. 30/01/2013	54

Obra do 'Velho Chico' retalha propriedades – Folha de São Paulo. 01/01/2013

Transposição do rio São Francisco causa prejuízos ao cortar mais de 1.800 pequenas áreas produtivas em 4 Estados. Ninguém sabe ao certo onde serão construídas passarelas sobre a obra, que deveria ter terminado em 2012.

As obras estão atrasadas e paradas em vários trechos, mas sertanejos que tiveram propriedades cortadas pelos canais da transposição do rio São Francisco querem saber como chegarão ao outro lado de suas terras quando a água começar a correr.

A preocupação dos moradores é que eles sejam obrigados a andar quilômetros na caatinga para chegar à parte isolada de suas propriedades.

O clima é de apreensão, pois a maioria não tem carro e carrega nos braços ou em carroças a lenha para os seus fogões e a vegetação nativa usada como ração.

A Folha percorreu o canal da transposição em Floresta (a 435 km de Recife), onde muitos sertanejos tiveram as propriedades divididas.

O agricultor Manoel Menezes Filho, 75, conta que perdeu 40 cabeças de bode após ter sua fazenda de 352 hectares cortada pela obra.

Ele disse que usava os 44 hectares que ficaram do outro lado do canal para criar animais, mas que foi obrigado a recolhê-los após os bodes começarem a sumir.

"Perdi o controle porque eles ficaram soltos, sem ninguém por perto", afirmou. "Os animais não estavam acostumados e sumiram."

O agricultor trouxe a criação para perto de casa, mas o açude para os bichos está do outro lado do canal. Ele usa um aterro para atravessar, mas sabe que terá de retirá-lo para a água passar.

"Quando a obra começou, eu achava que era uma coisa boa, mas agora fico desconfiado porque passa ano e isso não sai do lugar", disse.

GALPÕES SAQUEADOS

Iniciada em 2007, com previsão de conclusão para 2012, a transposição de parte das águas do rio São Francisco está com 43% das obras concluídas. Vários trechos estão abandonados, e a expectativa, agora, é que os trabalhos somente terminem em 2015.

Em Floresta, galpões foram saqueados e estão sem portas e janelas. Há montanhas de brita abandonadas.

A erosão corrói paredes de terra desprotegidas do canal. Plantas crescem dentro dele, contrastando com o cinza que predomina na caatinga.

"Não sei se isso vai trazer água ou não algum dia porque até agora só trouxe dúvida", disse o agricultor Joaquim Cordeiro de Sá, 78.

Ele também teve sua propriedade de 53 hectares dividida pela obra e agora espera que uma passagem seja construída perto da sua casa.

"Eu tiro lenha e macambira [planta nativa] para os animais do outro lado e só tenho carro de boi para chegar lá."

Os 713 quilômetros dos eixos leste e norte da transposição passam por 1.803 propriedades em Pernambuco, na Paraíba, no Ceará e no Rio Grande do Norte.

O Ministério da Integração Nacional não informou quantas delas foram divididas, mas, de acordo com o órgão, passagens sobre o canal serão feitas, em média, a cada 2 km. A localização, informou, foi acertada em reuniões com as comunidades.

Ainda segundo o ministério, dos 16 lotes da obra, 7 estão em atividade e empregam 4.100 pessoas. Os trechos parados, informou, estão em processo de licitação.

Agricultores perderam suas fontes de água – Folha de São Paulo. 01/01/2012

Em meio à maior seca das últimas décadas no sertão nordestino, a agricultora Maria de Amorim, 67, perdeu suas duas únicas fontes de água durante a construção do canal da transposição das águas do rio São Francisco em Custódia, a 340 km de Recife.

Seu poço foi soterrado pela obra e a pequena mina que existia a cem metros do seu sítio secou. Empreiteiras, segundo ela, usaram toda a água para construir o canal.

"Moro aqui há 37 anos e a mina nunca tinha secado", disse. "Antes de as empreiteiras chegarem, a água dava para todo mundo. Podia vir gente com tambor, lata, do jeito que fosse, sempre tinha." As construtoras, diz, usaram carros-pipa e bombas de sucção.

"Eles botaram dois motores: um ficava ligado de dia, e o outro, de noite. Quando a mina secava, eles cavavam a areia com máquina. Nunca pararam de puxar, só quando faltou mesmo. Aí pararam."

Segundo ela, nesse período as empresas lhe forneciam dois carros-pipa por mês. Quando elas se foram, há cerca de um ano, a ajuda acabou. "Ficaram de fazer meu poço novo e nunca fizeram. Agora estou pagando R\$ 600 por mês por dois caminhões."

Os carros-pipa vêm da cidade de Serra Talhada; o dinheiro, das aposentadorias dela e do marido, o que dá cerca de R\$ 1.200 mensais. "Até agora, a transposição só tirou a água que a gente tinha, não trouxe nada."

Além do canal, a propriedade de Maria de Amorim também foi atravessada pela obra da ferrovia Transnordestina. Apesar dos transtornos, ela diz que não pensa em reivindicar compensações: "Não vou fazer questão porque com o governo a gente é piaba em boca de tubarão."

No sítio vizinho, o agricultor Antonio Brasileiro Siqueira, 67, também responsabiliza as construtoras pelo fim da água na mina. A exemplo de Maria, diz, resignado, que não vai tomar providências.

"A firma carregou a água todinha para fazer o canal, mas com o governo a gente não pode dizer nada, não é? Eles não pediram para usar, mas fazer o quê?"

A construtora OAS, responsável pelo lote da transposição na área em questão, não respondeu aos questionamentos.

Grupos ligados ao campo são destaque na bolsa. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 02/01/2013

A maioria das empresas ligadas ao agronegócio apresentou desempenho positivo na BM&FBovespa em 2012. De 15 empresas listadas na bolsa, nove encerraram o ano com maior valor de mercado. Dessas, oito registraram ganhos de dois dígitos.

Terceira maior processadora de carne bovina do país, a Minerva Foods liderou as altas, com valorização de 122,09% no ano, seguida por São Martinho (69,64%), Agreenco (60%), Cosan (57,78%) e Vanguarda Agro (35,69%). Completam a lista a SLC Agrícola (32,53%), a Tereos (16,7%), a BRF - Brasil Foods (16,69%) e a BrasilAgro (3,52%).

Empresas do agronegócio

Variação das ações na BM&FBovespa - em %

Ação	Classe	Em dezembro	Em 2012
Agreenco	ON	-4,00	60,00
BrasilAgro	ON	4,28	3,52
BRF Foods	ON	8,74	16,28
Cosan	ON	6,26	57,78
Fer. Heringer	ON	10,03	-6,13
JBS	ON	10,91	-1,32
Marfrig	ON	-26,90	-0,70
Minerva	ON	4,66	122,09

Em contrapartida, as maiores variações negativas foram as da Renar Maças (44,44%), da Nutriplant (18,92%), da Vigor (9,38%) e da Heringer (6,13%). Em sua incômoda companhia ficaram as gigantes das carnes JBS (1,32%) e Marfrig (0,70%).

As processadoras de carnes - o segmento do agronegócio mais representado na bolsa - tiveram de lidar com contrastes em 2012. De um lado, lucraram mais com o abate de bovinos na América do Sul, reflexo da maior disponibilidade de animais e da queda nos custos de produção no continente. Do outro, enfrentaram uma grave crise de custos e superoferta nas áreas de aves e suínos, o que obrigou a indústria a reduzir a produção e reajustar preços.

Essa conjuntura foi particularmente favorável à Minerva, que não opera nos ramos que enfrentaram dificuldades em 2012 - o frigorífico atua apenas no abate de bovinos na América do Sul, ao contrário de JBS e Marfrig, que optaram pela diversificação. Além

disso, a Minerva Foods adotou uma bem-sucedida estratégia de alongamento de dívidas, que aliviou sua situação de caixa.

Com a recente emissão de ações, que levantou R\$ 557 milhões, a Minerva também espera reduzir sua alavancagem a níveis civilizados. Segundo relatório divulgado em dezembro pelo Bank of America (BoFA), a relação entre dívida líquida e Ebitda da companhia deve recuar de 3,7 vezes, em setembro, para 1,8 vez até o fim de 2013.

Já a Marfrig teve outro ano difícil. Além dos problemas enfrentados com os negócios de aves e suínos, a empresa teve de aplacar a desconfiança dos investidores. A empresa terá de desembolsar cerca de R\$ 3,2 bilhões para o pagamento de dívidas entre 2013 e 2014 e, até o fechamento do terceiro trimestre, dispunha de R\$ 2,8 bilhões em caixa.

Assim como a Minerva, a Marfrig também emitiu ações no fim do ano, mas a captação de pouco mais de R\$ 1 bilhão ficou aquém do esperado. Segundo o BTG Pactual, a relação entre dívida líquida e Ebitda da companhia se mantém próxima de 4 vezes - um patamar ainda elevado -, de modo que a companhia pode precisar recorrer a um novo refinanciamento. Por isso, precisa melhorar suas margens operacionais e gerar caixa em 2013. Para os analistas do BoFA, trata-se de um cenário factível, sustentado pela expectativa de melhora das margens em frango e pelo ambiente favorável nos bovinos.

Apesar do abalo nas exportações e dos custos de produção, a BRF fechou o ano com valorização. A empresa traça um cenário otimista para 2013, com forte recuperação dos preços de aves e suínos e repasse integral do aumento de custos para os consumidores.

A JBS também vislumbra um ano mais favorável, depois de patinar em 2012. Maior processadora de proteínas animais do mundo, a companhia vem ampliando rapidamente sua exposição à carne bovina no Brasil - segmento mais rentável de suas operações. A divisão de frangos da companhia, a americana Pilgrim's Pride, vem melhorando seus resultados. A incógnita, no entanto, é como vai se comportar a operação de bovinos nos EUA, onde há queda no rebanho disponível para abate.

Apesar da forte queda nos preços internacionais do açúcar nos últimos meses e da falta de competitividade do etanol frente à gasolina - motivo de chiadeira no segmento -, as indústrias sucroalcooleiras de capital aberto (São Martinho, Cosan e Tereos) estão entre os destaques positivos na BM&FBovespa.

O bom desempenho reflete o aumento da produção e da produtividade de seus canaviais, além de estratégias bem-sucedidas de precificação do açúcar - principalmente no caso da São Martinho, que já travou 70% da safra 2012/13 e 38% da safra 2013/14 a valores bem acima dos praticados na bolsa de Nova York, segundo relatório do Barclays divulgado em dezembro passado.

Se a queda nos preços do açúcar é um problema, o etanol pode ser a surpresa positiva. A expectativa é que o governo eleve de 20% para 25% a mistura do anidro na gasolina e reajuste os preços do combustível fóssil - abrindo caminho para uma elevação nos preços do etanol hidratado. Para os analistas do Barclays, as ações das três empresas ainda estão abaixo do preço-alvo e, portanto, tendem a se valorizar.

O ano também foi favorável para as empresas produtoras e exportadoras de grãos, caso da SLC Agrícola e da Vanguarda Agro, beneficiadas pela escalada das cotações internacionais da soja e do milho.

A alta das ações da Vanguarda também reflete o processo de reorganização da companhia após um conturbado período de consolidações e disputas societárias, que culminou na saída do megainvestidor espanhol Enrique Bañuelos do grupo de acionistas controladores.

Recentemente, a Vanguarda anunciou uma capitalização de R\$ 350 milhões por meio de uma emissão privada de ações e a entrada do fundo Gávea Investimentos em seu capital. Além de melhorar a estrutura de capital da empresa, os recursos devem ser usados para renovar o parque de máquinas e investir em terras. A empresa também anunciou um novo CEO, o administrador Arlindo Moura, que por oito anos comandou, com sucesso, a concorrente SLC.

Concentração na área de insumos mais do que dobra em 20 anos – Valor Econômico. 02/01/2013

Mais da metade das vendas globais de sementes, defensivos, máquinas agrícolas e produtos de saúde e genética animal está nas mãos de apenas quatro empresas em cada segmento, reflexo do movimento de concentração da agroindústria nas últimas duas décadas.

É o que mostra a última edição da "Amber Waves", publicação técnica do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Conforme os autores do estudo, os índices de concentração praticamente dobraram no período analisado, resultado das "forças de mercado, da emergência de novas tecnologias e de políticas governamentais".

O segmento de sementes e biotecnologia é o que mais se concentrou. Em 1990, ano-base da pesquisa, os quatro maiores grupos da área respondiam por 21,1% das vendas mundiais. Essa fatia saltou para 32,5%, em 2000, e 53,9%, em 2009.

Grande parte dessa concentração foi consequência da aquisição de pequenas e médias empresas de biotecnologia (muitas delas, nascidas dentro de universidades dos Estados Unidos entre os anos 1970 e 1990) pelos grandes conglomerados do setor químico.



De acordo com o levantamento do USDA, das 27 pequenas e médias empresas de biotecnologia criadas entre 1985 e 2009, 20 foram parar nas mãos de Syngenta, Bayer, Basf, Dow, DuPont e Monsanto.

A concentração no segmento de biotecnologia também é explicada pelo processo de mudança tecnológica associado aos transgênicos, no qual algumas empresas saltaram à frente - por causa do gene Roundup Ready (que tornou as plantas resistentes a um potente herbicida), mais de 90% da produção de soja de Brasil e Estados Unidos paga royalties à Monsanto.

Mesmo assim, só nos anos 2000 a companhia americana arrematou cerca de 20 companhias de sementes e biotecnologia, entre as quais as brasileiras CanaVialis e Alellyx, que desenvolvem pesquisas na área de genética para cana-de-açúcar.

O mercado de defensivos agrícolas também passou por uma forte concentração. As quatro maiores empresas do ramo, responsáveis por 28,5% das vendas em 1994, viram sua participação crescer para 41%, em 2000, e 53%, em 2009. O movimento reflete, em parte, a fusão das divisões agrícolas da AstraZeneca e da Novartis, em 2000. O negócio deu origem à Syngenta, que hoje é a líder em vendas de químicos para agricultura.

"O setor de químicos parece ter sido grandemente afetado por mudanças regulatórias nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente, às quais grandes empresas parecem estar mais preparadas para atender", observam os autores do estudo.

Na indústria de máquinas agrícolas (tratores e colheitadeiras), o índice de concentração saltou de 28,1% para 32,8% ao fim da primeira década analisada, e a 50,1% na seguinte - com a colaboração da fusão entre New Holland e Case IH, em 1999, e a compra da Valtra pela AGCO, em 2003. Para o USDA, perdas financeiras causadas por recessões prolongadas na agricultura foram a principal causa da concentração na área.

Já em saúde animal - que atravessou um complexo processo de fusões e aquisições nos últimos anos - as empresas-líderes detinham 32,4% das vendas em 1990. Essa participação evoluiu para 41,8% e 50,6% nos anos 2000 e 2009, respectivamente.

De acordo com o estudo do USDA, uma das consequências desse processo foi a concentração dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) - ainda mais intenso do que o das vendas. No segmento de sementes e biotecnologia, por exemplo, oito empresas, detentoras de 63,4% das vendas globais, responderam por 76% de todo o gasto em P&D em 2010.

Tendência semelhante foi observada nos demais segmentos avaliados: no de defensivos, cinco empresas aplicaram 74% de todo o gasto mundial em P&D. No de máquinas, quatro companhias arcaram com 57% desse investimento. No de saúde animal, oito grupos foram responsáveis por quase 66% da pesquisa e desenvolvimento do ramo.

"Todas essas companhias são multinacionais com instalações de pesquisa e desenvolvimento posicionadas em todo o mundo. Essas redes de pesquisa permitem que grandes empresas desenvolvam e adaptem novas tecnologias às condições locais e atendam às exigências regulatórias para a introdução de novos produtos", explicam os autores do estudo.

A outra consequência é uma maior pressão sobre os preços desses produtos. "Nos últimos anos, os insumos agrícolas vêm subindo mais do que os preços recebidos pelos produtores por suas safras." Os preços das sementes, exemplifica o USDA, mais do que dobraram em relação aos preços das commodities agrícolas.

MT emplaca secretário de Política Agrícola. Fabiana Batista e Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 03/01/2013

Quando assumir a secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura (Mapa), na próxima segunda-feira, o produtor rural Neri Geller pretende direcionar esforços para atacar entraves dentro da política de custeio da safra agrícola. A secretaria é uma das instâncias mais importantes do ministério, responsável pela gestão de risco rural, pelo crédito e pela comercialização agrícola.

Em entrevista ao **Valor**, Geller, que foi indicado pelo setor rural de Mato Grosso com o aval do senador e megaprodutor Blairo Maggi (PR-MT), afirmou que seu foco será o Plano Safra, com ênfase na regionalização das políticas de custeio e na agilidade da chegada desses recursos ao produtor rural na hora adequada para viabilizar o plantio. "O ministério tem suas grandes prioridades. Mas o foco imediato será fazer com que o custeio chegue ao produtor", afirmou ele.

Com 1,2 mil hectares cultivados com soja e milho em Lucas do Rio Verde (MT), o novo secretário não vê conflito de interesse em exercer o cargo mesmo sendo um produtor rural - ou seja, um interessado direto nos rumos da política agrícola. "Esse conflito não vai existir. Sou um pequeno produtor rural e tive um papel muito mais voltado ao comércio e à política de classe", afirmou.

Geller destacou suas atuações na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados durante o período em que foi deputado federal (2007 e 2011) e na vice-presidência Norte da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja), entre 2007 e 2009, como credenciais para o novo cargo. Em nota, o Ministério da Agricultura informou que também não vê conflito de interesse na nomeação e que a legislação não estabelece esse tipo de restrição.

Geller assume no lugar do secretário interino Edilson Guimarães. Em setembro do ano passado, o presidente da Aprosoja Brasil, Glauber Silveira, foi cotado para o cargo também com o apoio do senador Blairo Maggi, mas desistiu pouco tempo depois.

O Brasil Carinhoso cresceu. Tereza Campello – Valor Econômico. 03/01/2013

Uma das faces mais cruéis da desigualdade em nosso país era a forte concentração da miséria entre crianças e adolescentes de até 15 anos. Dados do Censo 2010 apontavam que a incidência de extrema pobreza entre os brasileiros nessa faixa etária era quatro vezes maior do que aquela observada entre pessoas com mais de 60 anos.

A reduzida taxa de miséria entre os mais velhos é resultado de uma extensa e já consolidada rede de proteção social, que envolve elementos contributivos e não

contributivos: aposentadorias, pensões, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aposentadoria rural.

Após décadas construindo esse sistema, chegou a hora de voltar maior atenção às nossas crianças e adolescentes. Para isso o Plano Brasil Sem Miséria lançou, em maio, o Brasil Carinhoso, inicialmente voltado à parcela mais vulnerável desse grupo, as crianças de zero a seis anos, fase crucial do desenvolvimento físico e intelectual. O Brasil Carinhoso foi concebido numa perspectiva de atenção integral que envolve aspectos do desenvolvimento infantil ligados a saúde, educação e renda.

A educação das crianças a partir de 6 anos foi universalizada, mas há déficit no atendimento dos mais novos

Na área da saúde, previne e trata os males que mais prejudicam o desenvolvimento na primeira infância. A necessidade de ferro entre as crianças menores de 24 meses é muito elevada e dificilmente provida apenas por alimentos. Se não for suprida, pode levar à deficiência de ferro e à anemia. Já a falta de vitamina A acomete 20% das crianças menores de 5 anos e, quando severa, provoca deficiência visual e aumenta o risco de morbidades, mortalidade e anemia.

Com o Brasil Carinhoso, o Ministério da Saúde expandiu a distribuição de doses de vitamina A para crianças de seis meses a 5 anos e aumentou a oferta de sulfato ferroso. A distribuição gratuita, nas unidades do "Aqui Tem Farmácia Popular", de medicamentos para asma - a segunda maior causa de internação e óbito de crianças - completa o pacote do Brasil Carinhoso na área da saúde.

Em termos de educação, atingimos a universalização do atendimento das crianças a partir dos 6 anos, mas na educação infantil ainda há déficit, especialmente para as crianças de até 4 anos. É por isso que o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) estão ampliando o acesso à creche, com estímulo às prefeituras para a abertura de vagas, especialmente para as crianças beneficiárias do Bolsa Família, e para a melhora do atendimento.

O MDS amplia em 50% os valores repassados pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para cada vaga que seja ocupada por crianças beneficiárias do Bolsa Família em creches públicas ou conveniadas. E o MEC antecipa o repasse dos valores do Fundeb para as vagas em novas turmas de educação infantil abertas pelos municípios, evitando que eles tenham de esperar até a divulgação dos resultados do Censo Escolar da Educação Básica para receber os recursos. Essas medidas vêm se somar ao financiamento para a construção de novas creches que o MEC já proporcionava com o programa ProInfância.

Para completar, o valor repassado para alimentação escolar nas creches e pré-escolas foi ampliado pelo MEC em 66%. E o Programa Saúde na Escola, do Ministério da Saúde, será estendido às creches e pré-escolas. Assim, teremos crianças bem alimentadas, saudáveis e estimuladas.

Mas é em seu pilar de renda que o Brasil Carinhoso tem produzido os resultados mais imediatos e impressionantes. Desde maio, o benefício do Brasil Carinhoso já vinha sendo pago às famílias com pelo menos um filho de até 6 anos que, mesmo recebendo o

Bolsa Família, continuavam na extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal de menos de R\$ 70 por pessoa. O benefício complementa a renda dessas famílias, de modo a permitir que superem esse patamar. Neste mês de dezembro, o Brasil Carinhoso foi ampliado para incluir também as famílias com pelo menos um filho de 7 a 15 anos. Ao todo, o benefício agora retira da extrema pobreza nada menos que 16,4 milhões de pessoas, dentre elas 8,1 milhões de crianças e adolescentes de até 15 anos.

Os ganhos imediatos proporcionados pelo aumento da renda não encerram, contudo, as vantagens que a expansão do Brasil Carinhoso traz. Ao fortalecer o Bolsa Família entre as famílias com crianças e adolescentes, o Brasil Carinhoso reitera a importância das condicionalidades do programa na área da educação. Tendo sua frequência escolar acompanhada com cuidado, os estudantes do Bolsa Família tornam-se mais assíduos, e sua taxa de abandono é menor que a média dos alunos da rede pública, tanto no ensino fundamental (2,9%, comparada a 3,2% nacionalmente) quanto no ensino médio (7,1%, ante 10,8% na média nacional). Esse comportamento já se traduz em melhor desempenho escolar. No ensino médio, a taxa de aprovação dos estudantes do programa (80%) fica acima da média nacional (75%).

Esta é a primeira vez que os mais pobres se saem melhor que os demais em indicadores relativos à educação. Uma grande mudança que, aliada à expansão da educação em tempo integral por meio do Programa Mais Educação e ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, vai permitir o rompimento do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza, fazendo com que esses meninos e meninas tenham uma infância e uma adolescência mais dignas e possam desenvolver todo o seu potencial, tornando-se cidadãos aptos a aproveitar melhor do que seus pais as oportunidades que nosso país oferece.

O ano de 2013 será o de consolidação dessas conquistas. A erradicação da extrema pobreza é um desafio nacional e precisa ser tratada como prioridade pelas novas gestões municipais. O Brasil Sem Miséria provê recursos, ferramentas e instrumentos para qualificar a ação do governo federal, de Estados e de municípios.

Com o Brasil Carinhoso, melhoramos a saúde infantil, a educação das crianças e adolescentes e a renda dos cidadãos mais pobres do país em todas as faixas etárias, reduzindo desigualdades. O abismo que separava a garotada de até 15 anos dos idosos, em termos de renda, já não existe. É um passo determinante rumo a um país mais justo, que precisa e cuida de todos os brasileiros.

Milho em lavoura de soja preocupa produtor de MT. Tarso Veloso – Valor Econômico. 03/01/2013

Os produtores de soja de Mato Grosso têm se queixado que a tecnologia Roundup Ready (RR), desenvolvida pela americana Monsanto e empregada à primeira geração de milho transgênico no país, começou a atrapalhar o plantio da oleaginosa na safra atual (2012/13). Como os dois grãos são dotados da mesma tecnologia que garante resistência ao herbicida glifosato utilizado no controle de plantas daninhas, ocorre, segundo os sojicultores, uma "concorrência" entre eles no campo.

A hipótese mais aceita pela Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja/MT), está na mistura de sementes. Segundo o diretor técnico da entidade, Nery Ribas, o produtor deixa sobrar sementes no solo de forma involuntária quando planta e colhe o milho safrinha (de maio a setembro). Na sequência, e assim que caem as primeiras chuvas, ocorre o plantio de soja. "É o milho que ficou na terra também acaba nascendo".

Os agricultores tratam o cultivo invasor como "tiguera", palavra de origem tupi para designar o aparecimento indesejável dessas plantas. Segundo a Aprosoja/MT, a aplicação do glifosato para esse fim não tem eliminado com eficácia o milho das lavouras de soja, que ainda concorre por nutrientes, luz e água. A associação também ouviu relatos similares de produtores que plantam milho convencional. A suposição é que a lavoura tenha sofrido contaminação por meio da polinização de plantios transgênicos, que por precaução deveriam estar separadas por uma barreira formada por vegetação.

Assim, os produtores já se preocupam com a possibilidade de a colheita da soja sofrer prejuízos com a presença de impurezas nos grãos, o que termina por reduzir os valores pagos pelas tradings.

A entidade mato-grossense planeja fazer um acompanhamento junto a instituições de pesquisa até o fim da colheita da oleaginosa, ainda neste mês, para se certificar sobre a resistência do milho RR ao herbicida. A variedade voltou a ser largamente utilizada nessa safra, embora a mais comum seja a do milho Bt, resistente a lagartas. Por enquanto, a Aprosoja/MT tem recomendado a aplicação de um graminicida - defensivo destinado a eliminar plantas de folha estreita, como é o caso do milho, transgênico ou convencional -, o que eleva os custos de produção, que incluem ainda a contratação de trabalhadores para retirar a "planta invasora" do campo.

Segundo Luciano Fonseca, gerente de gestão responsável de produto da Monsanto, o produtor não pode descuidar do controle das "tiguerras", a despeito da tecnologia. Segundo ele, a ocorrência dessas plantas depende de fatores como a qualidade da colheita do milho e o manejo correto do herbicida em um período muito curto entre uma cultura e outra, como é o caso de milho safrinha e soja. "Grãos que ficam no solo ou espigas em formação que não são retiradas, certamente irão se desenvolver quando houver condições favoráveis de umidade e temperatura".

Plantas invasoras em cultivos com a tecnologia RR não são uma novidade no país. Sojicultores do Sul convivem há tempos com o aparecimento de ervas daninhas como o capim-amargoso e a buva resistentes ao glifosato. Por isso, a Fundação ABC, instituição de pesquisa formada por cooperativas paranaenses, insiste em recomendações tradicionais como rotação de plantios, uso de herbicidas com princípios ativos diferentes e respeito ao calendário de aplicações.

Neri Geller assume Secretaria de Política Agrícola – Site do MAPA. 03/01/2013

A assinatura do termo de posse está prevista para esta segunda-feira (7) no Gabinete do Ministro Mendes Ribeiro Filho, em Brasília

O novo secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Neri Geller, foi nomeado nesta quinta-feira, dia 3 de janeiro, por meio de portaria da Casa Civil assinada pela ministra-chefe Gleisi Hoffmann. Neri Geller assume no lugar do secretário substituto Edilson Guimarães, que está no cargo desde outubro do ano passado quando o antigo secretário Caio Rocha foi indicado para a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.

Agricultor e empresário, o gaúcho de Selbach Neri Geller está na região de Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, desde 1984. Conhecedor do mercado agrícola, desenvolve atividade de plantio e comercialização de grãos, como soja e milho, em sua propriedade. Geller também tem empresa no setor de combustíveis e foi deputado federal em 2007 e 2011. Além disso, exerceu o mandato de vereador em Lucas do Rio Verde (1996 e reeleito em 2000).

A assinatura do termo de posse está prevista para esta segunda-feira (7) no Gabinete do Ministro Mendes Ribeiro Filho, em Brasília.

Ajuda humanitária internacional contempla 30 países em 2012 – Site da CONAB. 04/01/2013

Ao longo de 2012, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) operacionalizou a doação de 169.985 toneladas de alimentos para 30 países em situação de vulnerabilidade econômica e social. A ação, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), é realizada em cumprimento à Lei 12.429, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos para assistência humanitária internacional.

Arroz beneficiado, feijão e milho em grãos estão entre os alimentos doados a países como Coréia do Norte, Somália, Etiópia, Equador, Guatemala, Haiti, El Salvador, Guiné-Bissau, Moçambique, República do Congo, Sri Lanka, Sudão, Zimbábue, Chade, Bangladesh, Chade, Quênia, Madagastar, Sudão e República Centro-Africana. Parte das doações foi feita por intermédio do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA)

Produtora investe em agroturismo com incentivo do Pronaf – Site do MDA. 04/01/2013

A cidade de Aracruz (ES), a cerca de 80 quilômetros da capital Vitória, tem chamado a atenção de turistas que procuram passar as férias no litoral. Mas se depender do trabalho dos 11 agricultores familiares que integram a Associação de Agroturismo de Aracruz (Agrotur Aracruz) a região será lembrada também pela rica gastronomia que a zona rural do município oferece aos visitantes. A presidenta do grupo, Rosiane Borges Loureiro Tessarolo, conta que a iniciativa do trabalho foi iniciada em 2005, cinco anos depois de ter sua propriedade reestruturada com o apoio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O crédito do programa foi usado para investir na produção de café. “A minha parte na associação começou com o café. Por meio da plantação eu comecei a trabalhar com o

turismo. Se não fosse o empréstimo do Pronaf, de repente, nem teria a oportunidade de trabalhar com o agroturismo por causa das dificuldades que encontramos. Cada propriedade dos associados tem um diferencial, e o meu é o café que sirvo para os turistas”, afirma.

A terra onde Rosiane, de 37 anos, mora com o marido, 39, e o filho, 12, é do sogro da produtora, que decidiu dividir a propriedade em quatro partes diferentes: uma para ele e outras três para cada um dos filhos. A família toda já cultivava o café. "Tínhamos uma plantação de café velha e renovamos o cultivo, trouxemos para bem próximo da nossa casa. Por causa disso, hoje o visitante pode ver a época da floração e de maturação do fruto. Se fosse longe, não teríamos como mostrar todo o processo de plantação para os visitantes, seria inviável”, pondera.

A lista de itens fabricados manualmente pela associação é variada. Além do café, as famílias produzem leite, queijo, frutas, licores e doces com frutas da estação, doces cristalizados e cocadas.

Os itens são comercializados em exposições e festivais em que a associação participa e ainda no Circuito Encantos e Sabores do Campo, um projeto pioneiro organizado pela Agrotur que permite ao turista experimentar por um dia a vida no campo, conhecer todas as fases de produção dos produtos e, ainda, comprá-los. A iniciativa percorre as propriedades dos associados e oferece passeios turísticos, oficinas culinárias e um vasto cardápio, que inclui, por exemplo, café colonial e almoços caseiros. “São heranças que nós temos e queremos mostrar”.

Na avaliação de Rosiane, o bom desempenho dos agricultores familiares no setor de agroturismo tem trazido resultados positivos até para a futura geração de produtores. “Antes, os filhos acabavam desistindo de ficar na área rural e indo trabalhar fora. Agora eles vão estudar, mas voltam. A proposta do estudo acaba tendo foco no empreendimento da própria família. Meu filho é um menino, ainda é muito novo, mas acredito que isso está no sangue dele. Ele já nos ajuda e acredito que vai ficar por aqui”, conta, orgulhosa.

Mesmo com foco no agroturismo, a associação pretende comercializar alguns itens da produção do empreendimento para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). “A inclusão nesse programa está nos nossos planos para este ano”, ressalta a presidente da Agrotur.

Pronaf

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.

O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.

CMN anuncia novas medidas para setor rural. Tarso Veloso – Valor Econômico. 08/01/2013

O Conselho Monetário Nacional (CMN) anunciou ontem uma série de medidas tomadas na sexta-feira, como a ampliação de R\$ 500 milhões para R\$ 1,2 bilhão dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para produtores do Sul afetados pela estiagem entre 2011 e 2012.

Os cafeicultores também poderão contar com mais recursos para financiamento de custeio do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), elevados de R\$ 550 milhões para R\$ 730 milhões. O aumento foi possível graças a um conjunto de rearranjos que beneficiaram, entre outros, os financiamentos destinados para a recuperação dos cafezais prejudicados ao mesmo tempo pela seca e pelo excesso de chuva na safra 2012/13.

Outras modificações abrangeram taxas de juros, limites de crédito e bônus para quem mantém os pagamentos em dia, no que diz respeito à contratação de crédito fundiário do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. A taxa de juros será de 0,5% ao ano para o beneficiário com renda bruta familiar até R\$ 9 mil e de 1% para quem tem entre 18 e 29 anos. O restante dos beneficiários pagará taxa de 2% ao ano.

O financiamento para aquisição de imóvel rural, a partir de abril deste ano, ampliou o limite de R\$ 80 mil para R\$ 87,5 mil, com 20 anos para pagamento e 3 anos de carência. O bônus por adimplência vai variar de 20% a 40%, a depender da região do imóvel financiado.

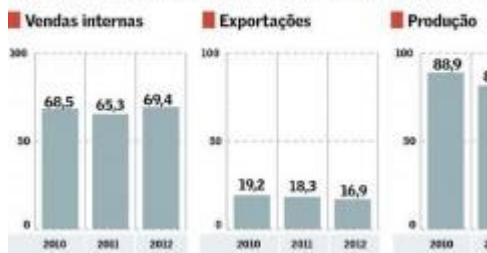
Mercado de máquinas agrícolas registra um novo recorde em 2012. Carine Ferreira – Valor Econômico. 08/01/2013

As vendas internas de máquinas agrícolas no atacado das empresas ligadas à Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) fecharam 2012 com um recorde histórico. A comercialização de tratores e colheitadeiras cresceu 6,2% no ano passado ante 2011, totalizando 69,374 mil unidades, pouco acima da previsão da entidade, de expansão de 5%.

No fim de 2012, quando os números do fechamento do ano não estavam consolidados, a Anfavea previa que a comercialização interna ficaria próxima de 69 mil unidades, mas não ultrapassaria muito as 68,5 mil unidades registradas em 2010, até então considerado o melhor resultado para o setor.

Em expansão

Evolução do mercado de máquinas agrícolas no Brasil (em mil)



Apenas em 1976 houve uma venda maior que a registrada em 2012- cerca de 80 mil unidades. Mas desse total mais de 60 mil se referiam a tratores de baixa potência financiados pelo governo federal para a abertura de novas fronteiras agrícolas no país, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste. Por isso, a Anfavea considera que o volume vendido em 2012 é recorde, observa Milton Rego, vice-presidente da Anfavea e o diretor da área na entidade.

O mês passado, observa Rego, foi muito positivo, com as concessionárias colocando todos os pedidos possíveis para vender os produtos com a taxa de juros de 2,5% do Programa de Sustentação do Investimento (PSI, do BNDES). A partir deste mês, a taxa passou para 3%.

O setor reagiu a partir do penúltimo trimestre do ano, após a redução dos juros do PSI. No primeiro semestre, as vendas foram prejudicadas por uma forte seca, que reduziu a safra de grãos na Região Sul do país. Aliado a isso, houve menor demanda por tratores pelo programa governamental Mais Alimentos.

A comercialização em dezembro de 2012 superou em 41,8% o desempenho do mesmo mês de 2011, embora tenha recuado 2,3% em relação a novembro, para 5,728 mil unidades.

Para 2013, a Anfavea prevê crescimento de 4% a 5%, o que significaria um novo recorde. "O produtor está capitalizado, a expectativa é de crescimento da renda, da produção agrícola, a não ser que tenha alguma tempestade no meio do caminho", disse Rego. A previsão pode ser superada caso ocorra a difusão dos programas governamentais voltados à agricultura familiar.

Já as exportações encerraram 2012 no vermelho, como era esperado diante das restrições da Argentina à entrada do produto brasileiro, o principal mercado para as máquinas agrícolas brasileiras. Durante alguns meses, os embarques até esboçaram recuperação com o fechamento de contratos para outros mercados, mas não foram suficientes para manter o setor pelo menos na estabilidade. Assim, recuaram 7,8%, para 16,896 mil unidades no ano.

Somente em dezembro, as vendas externas caíram 15,5% sobre novembro. A receita com as exportações totalizou US\$ 2,914 bilhões, resultado 10,6% menor ante os US\$ 3,258 bilhões apurados em 2011. Já a produção nacional subiu 2,6% ante 2011, para 83,64 mil máquinas.

Venda de sementes pode aumentar 10% em 2013. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 08/01/2013

Os produtores de sementes esperam um ano favorável para o setor. A expectativa é de um crescimento de 10% sobre o faturamento estimado para 2012, de R\$ 9 bilhões. A previsão contempla a venda de sementes de diversos tipos de plantas e flores por mais de 700 empresas multiplicadoras, além das gigantes do setor como Monsanto, DuPont e Syngenta.

Para o presidente da Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (Abrasem), Narciso Barison Neto, o aumento da área de grãos e a renda elevada devem garantir mais investimentos na tecnologia. "Os produtores de grãos estão capitalizados. Sempre que isso ocorre, eles procuram sementes de melhor qualidade, com biotecnologia envolvida e qualidade de germinação vigorosa".

Para o representante, a área plantada com sementes de milho produzidas comercialmente pode fechar a safra 2012/13 com um crescimento de até 10% ante os 15 milhões de hectares da safra anterior. "Tivemos uma redução no plantio de verão, mas ela deverá ser mais do que compensada pelo plantio de inverno". O milho responde pela maior parte da receita do setor - cerca de R\$ 6 bilhões. Aproximadamente 90% da área destinada ao grão no Brasil é cultivada com sementes comerciais.

No caso da soja, a Abrasem prevê que a área total deve crescer apenas 3% em 2013, mas aposta em um crescimento mais expressivo na taxa de utilização de sementes comerciais. Em 2012, cerca de 30% da área de soja foi cultivada com sementes "salvas" pelos próprios produtores rurais. Segundo Barison, o uso de sementes comerciais pode alcançar 75% em 2013, o que significaria um mercado adicional de 1 milhão de hectares para as sementeiras. A soja é o segundo cultivo mais importante para as produtoras de sementes, com receita estimada em pouco menos de R\$ 3 bilhões.

As perspectivas de longo prazo para a soja, diz Barison, são otimistas, com a chegada de variedades tolerantes à seca e com ômega 3 na composição. "Até 2020, essas variedades estarão no mercado", garante.

Milho turbina lucro da Monsanto no 1º trimestre. Fernanda Pressinott e Mariana Caetano – Valor Econômico. 09/01/2013

As vendas de sementes de milho para a América do Sul turbinaram os resultados da Monsanto no primeiro trimestre do ano fiscal 2013. A companhia, líder global em sementes, reportou ontem um lucro líquido de US\$ 339 milhões no período, 169% maior que os ganhos de US\$ 126 milhões registrados um ano antes. A elevação dos preços dos herbicidas também ajudou no resultado trimestral.

A comercialização de sementes de milho da companhia saltou 27% no trimestre ante o mesmo período do ano anterior. A Monsanto acrescentou que a comercialização nos Estados Unidos também está em ritmo acima do registrado um ano antes. Os bons resultados fizeram a companhia elevar sua previsão de ganhos para 2013. A multinacional, sediada em Saint Louis, agora prevê ganhos US\$ 4,30 a US\$ 4,40 por ação, ante US\$ 4,18 a US\$ 4,32 previstos anteriormente.

As baixas produtividades do ano passado no cinturão de milho dos Estados Unidos - causadas pela maior seca em 50 anos - levaram os preços de soja e milho para cima, o que vem estimulando a demanda por sementes nos Estados Unidos e na América do Sul. A Monsanto disse que espera reajustar de 5% a 10% os preços das sementes de milho neste ano, com os produtores rurais buscando variedades premium, de melhor performance.

Na América do Sul, que rapidamente vem adotando variedades geneticamente modificadas, a Monsanto se beneficiou do aumento de volume e de preços de sementes. Na região, afirma a múlta, produtores buscam adquirir variedades com mais de um tipo de característica geneticamente modificada.

O segmento de produtividade agrícola, constituído por herbicidas e produtos de proteção às culturas, cresceu 31%, com vendas de US\$ 1,18 bilhão.

Mesmo em meio a um aumento nos preços do glifosato, a Monsanto não deve voltar com força a este mercado. Em 2010, a empresa decidiu reduzir a fabricação do produto, por conta de uma queda acentuada nos preços do herbicida. Hugh Grant, CEO da multinacional, ponderou que a valorização do químico, que colaborou para os bons resultados do primeiro trimestre fiscal de 2013, deve persistir e impulsionar os ganhos da companhia ao longo do ano. **(Com Dow Jones Newswires)**

Leilões da Conab fecham negócios de mais de R\$ 700 milhões em 2012 – Site da CONAB. 10/01/2013

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) movimentou em 2012 mais de R\$ 700 milhões na comercialização, por meio de leilão eletrônico, de produtos como arroz, café, feijão, milho, sisal e trigo. Foram ofertados 1 milhão e 526 mil toneladas e vendidos um total de 1 milhão e 275 mil toneladas de produtos. O balanço é da Superintendência de Operações Comerciais da Companhia, responsável pela execução dos leilões.

Na modalidade Aquisições do Governo Federal (AGF), para a formação de estoques reguladores da Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), foram adquiridos 308 mil toneladas de produtos, com um gasto aproximado de R\$ 181,1 milhões.

As aquisições são realizadas quando o preço de mercado está abaixo do preço mínimo estabelecido para a safra vigente, desde que haja repasse pelo Tesouro Nacional dos recursos necessários. Já as vendas têm como objetivo regular os preços e abastecer segmentos consumidores em períodos de escassez de produtos, por meio de escoamento de uma área de maior oferta.

Nas operações com subvenção, a Companhia fechou o ano com o Prêmio para Escoamento de Produto (PEP) negociando 1,6 milhão de toneladas de produtos, dentre os quais laranja, sisal, trigo e uva, para uma oferta de cerca de 2,6 milhões de toneladas. Já a modalidade Venda de Produtos Agropecuários dos Estoques Públicos com subvenção (VEP) encerrou o ano com cerca de 230 mil toneladas de milho negociadas, para uma oferta de mais de 640 mil toneladas.

Já o Prêmio Equalizador pago ao Produtor Rural (Pepro) negociou 112 mil toneladas de produtos que incluíram também laranja e trigo, de uma oferta de cerca de 270 mil toneladas. E a Recompra de Contrato de Opção de Vendas para o produto arroz em casca fechou 2012 com cerca 188 mil toneladas arrematadas de um total de 300 mil ofertadas. A modalidade é de um seguro de preços que dá ao produtor rural, ou a sua cooperativa, o direito de vender seu produto para o governo numa data futura e por um valor fixado.

Exportações do agronegócio registram maior valor da história – Site do MAPA. 10/01/2013

As exportações brasileiras do agronegócio de 2012 somaram o valor recorde de US\$ 95,81 bilhões, o que representou incremento de cerca de 1% (US\$ 846 milhões) em relação a 2011, quando as exportações atingiram US\$ 94,97 bilhões. Já as importações chegaram a US\$ 16,41 bilhões, número 6,2% inferior a 2011. O saldo da balança comercial foi recorde, de 79,41 bilhões. As informações são da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a partir dos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

“Os números comprovam a força do agronegócio brasileiro. O país está cada vez mais competitivo internacionalmente e continuaremos trabalhando, ao lado dos produtores, na busca de novos mercados”, destacou o Ministro Mendes Ribeiro Filho. Segundo ele, a economia nacional depende dos bons resultados do agronegócio para manter o Brasil entre as principais potências econômicas mundiais.

Em 2012, as vendas externas foram influenciadas pela redução dos valores de mercado dos principais produtos exportados pelo Brasil, em função da crise econômica mundial. Os preços caíram, em média, 7,1%, enquanto o peso total exportado em produtos do agronegócio teve aumento de 8,6%.

Os setores que tiveram maior crescimento de vendas foram o complexo soja (8,2%; de US\$ 24,14 bilhões para US\$ 26,11 bilhões), seguido por fumo e seus produtos (11,0%; de US\$ 2,94 bilhões para US\$ 3,26 bilhões); cereais, farinhas e preparações (60,3%; de US\$ 4,16 bilhões para US\$ 6,67 bilhões); fibras e produtos têxteis (20,7%; de US\$ 2,17 bilhões para US\$ 2,62 bilhões); e animais vivos (30,7%; de US\$ 492 milhões para US\$ 643 milhões).

O milho contribuiu como destaque para o aumento das vendas – que dobraram – passando de US\$ 2,63 bilhões em 2011 para US\$ 5,29 bilhões (US\$ 2,66 bilhões), aumento de 101,5%. A quantidade embarcada subiu de 9,46 milhões de toneladas em 2011 para 19,78 milhões de toneladas em 2012 (109,1%). Outro produto que se manteve em alta em 2012 foi a soja em grão. As exportações subiram de US\$ 16,31 bilhões para US\$ 17,45 bilhões (US\$ 1,14 bilhão). A quantidade embarcada permaneceu praticamente a mesma de 2011, com cerca de 33,0 milhões de toneladas.

Valor das exportações de carne bovina foi recorde em 2012

A carne bovina registrou alta de 7,39%, com aumento das vendas de US\$ 5,35 bilhões em 2011 para US\$ 5,74 bilhões em 2012 (US\$ 395,4 milhões), com valor recorde. Houve elevação da quantidade exportada: de 1,09 milhão de toneladas para 1,24 milhão de toneladas (13,4%), enquanto o preço médio de exportação caiu 5,3%. As exportações de animais vivos cresceram 30,7%, o que representa 10% das compras de carne. O fumo também teve aumento de US\$ 2,94 bilhões para US\$ 3,26 bilhões (+US\$ 322 milhões). Já as vendas externas de álcool subiram 46,6% (US\$ 694 milhões), com acréscimo da quantidade embarcada de 1,57 milhões de toneladas para 2,48 milhões de toneladas (57,5%).

Mercados

A China continua sendo de forma crescente o principal destino dos produtos do agronegócio brasileiro, passando de 17,4% para 18,8%, com US\$ 17,975 bilhões em compras em 2012. Em seguida, aparecem Estados Unidos (US\$ 7 bilhões), Países Baixos (US\$ 6,12 bilhões), Japão (US\$ 3,5 bilhões) e Alemanha (US\$ 3,1 bilhões).

Destacam-se o crescimento das exportações para nações da Ásia: Coreia do Sul (40,9%), Taiwan (35,9%), Tailândia (13,5%), China (8,9%), Hong Kong (6,6%) e Japão (0,2%). Juntos, os asiáticos expandiram as aquisições em US\$ 3,59 bilhões. A Coreia do Sul ampliou suas aquisições em US\$ 637,60 milhões em 2012, cifra registrada em função da elevação das vendas de milho ao país, que subiram de US\$ 37,20 milhões para US\$ 701,12 milhões. As vendas do cereal e da soja em grão também possibilitaram um forte crescimento das vendas para Taiwan. Além dos países asiáticos, houve elevação das vendas para: Egito (12,9%); Emirados Árabes (7,9%); Estados Unidos (2,6%); e Arábia Saudita (0,1%).

Clique **aqui** e aqui para acessar as notas da balança comercial



Sul e Centro-Oeste produzirão 78% da safra de grãos 2012/13 – Site do MAPA. 10/01/2013

Nordeste deverá apresentar maior crescimento percentual entre todas as regiões do país, de 21%

A produção de grãos na região Centro-Oeste deverá bater recorde na atual temporada, somando 71,6 milhões de toneladas – o que representa 0,6% a mais que o obtido em 2011/12. Com perspectiva de crescimento também no Sul do país, as duas regiões, juntas, responderão por 78% da safra de grãos 2012/13.

A maior alta percentual, no entanto, será da região Nordeste, 21% superior ao produzido entre 2011/12. Em seguida – recuperando-se das perdas da temporada anterior, aparece o Sul, com 19%, e o Nordeste (5%). O Centro-Oeste, apesar de não apresentar aumento tão expressivo (0,6%), deve registrar a quinta safra consecutiva de elevação produtiva – se for desconsiderada a colheita 2008/09, são 23 anos seguidos de crescimento.

O Mato Grosso permanecerá como o maior estado produtor, com total de 41 milhões de toneladas de grãos. Em seguida, aparece o Paraná, com 35,4 milhões de toneladas, e o Rio Grande do Sul (27,5 milhões de toneladas). Os dados são do levantamento da safra atual divulgado em janeiro pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

A previsão de colheita de 180,41 milhões de toneladas em todo o Brasil, além de ser a maior da história, em parte é resultado do acesso ao crédito pelo produtor rural cada vez mais facilitado, de acordo com secretário de Política Agrícola do Mapa, Neri Geller.

“O Governo tem feito sua parte, reduzindo juros e desburocratizando as aquisições de empréstimos pelo setor do agronegócio. Com a perspectiva de regionalizar as futuras

políticas agrícolas – identificando as necessidades locais, os cenários futuros mostram que serão batidos recordes seguidos nas próximas”, afirmou Geller.

Ministério da Agricultura marca presença no Fórum Social Mundial – Site do MAPA. 16/01/2013

Este Fórum reúne um conjunto de entidades que organizam o Programa de Aquisição de Alimentos

O Fórum Social Mundial Temático 2013, que ocorre entre os dias 26 e 30 deste mês, em Porto Alegre, contará com a presença e o apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Os destaques da participação serão o estande, as oficinas e o apoio às atividades relacionadas à segurança e soberania alimentar. As atividades serão realizadas junto à Usina do Gasômetro, grande centro cultural e um dos pontos mais tracionais, inclusive para admirar o famoso pôr do sol de Porto Alegre.

No estande será possível encontrar publicações e esclarecer dúvidas sobre as ações e políticas públicas operacionalizadas pelo Mapa, com servidores que permanecerão à disposição do público durante os cinco dias do evento.

Às 10h do dia 28 ocorre a primeira oficina, onde Kleber Santos, diretor substituto do Departamento de Cooperativismo e Associativismo abordará o tema "Cooperativismo e organização social" e às 14h deste mesmo dia, Elvison Nunes Ramos, coordenador de Manejo Sustentável do Departamento de Sistema de Produção e Sustentabilidade, fará uma exposição sobre o "Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC".

Já no dia 29, às 10h, Sílvio Porto, diretor de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada ao Ministério da Agricultura, falará sobre "Compras governamentais com enfoque no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)", e às 14h, Rogério Dias, coordenador de Agroecologia abordará "Políticas Públicas do Mapa para Agroecologia e Produção Orgânica", encerrando as oficinas.

O Ministério da Agricultura apoiará também a realização de Oficinas, mesas redondas e visitas organizadas pelo "Fórum Fome Zero Porto Alegre", o qual reúne um conjunto de entidades que organizam o PAA, operacionalizado pela Conab. As atividades preveem temas relacionadas à segurança e soberania alimentar.

Na pauta das palestras estão temas ligados a diálogos sobre a erradicação da miséria, segurança alimentar e inclusão produtiva e a alimentação, economia popular solidária e geração de trabalho e renda.

Mecanização já atinge 85% da colheita de cana do país. Bettina Barros – Valor Econômico. 16/01/2013

Pressionadas por motivos ambientais e trabalhistas, as usinas sucroalcooleiras já conseguiram mecanizar 85% da colheita e 53% do plantio de cana da região Centro-Sul,

responsável pela maior parte da produção brasileira de álcool e açúcar. O indicador é um alívio para dezenas de municípios que há até pouco anos sofriam com períodos anuais de queima da planta, que gera uma "neve negra" de cinzas prejudiciais à saúde, apesar das disputas pendentes na Justiça para a prorrogação dessa prática.

De acordo com dados do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), o Mato Grosso do Sul detém a maior participação de máquinas na colheita de cana atualmente no país - 95% de tudo o que é colhido no Estado. Em Mato Grosso são 90%. Já Goiás, Minas Gerais e São Paulo apresentam 87% de mecanização.

Segundo representantes do setor, o Centro-Oeste lidera esse processo devido ao fato de a cultura da cana ser mais recente na região. "As usinas de lá foram planejadas para a mecanização. É natural que nascessem seguindo novas regras", diz Sérgio Prado, da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica).

Fernando Brod, pesquisador do CTC, estima que já foram investidos cerca de R\$ 14 bilhões para a aquisição das "frentes de colheita" - o conjunto de máquinas que envolve desde colhedoras até tratores, transbordos e caminhões.

Colheita mecanizada

No Centro-Sul (em %)



Brod afirma que uma usina de médio porte necessita de quatro a cinco dessas frentes. A dificuldade, no entanto, está nos produtores menores, menos capitalizados. "A compra de uma colhedora, por exemplo, chega a R\$ 800 mil", diz.

Uma solução que vem sendo aplicada no Estado de São Paulo é a utilização desses equipamentos em sistema de cooperativa, onde o custo é rateado pelos produtores.

Aqui, o uso das máquinas na colheita ganhou ímpeto com a assinatura de um protocolo agroambiental dos produtores com as autoridades ambientais em 2007. O documento determina que a queima é permitida em áreas mecanizáveis até 2014 e nas áreas não mecanizáveis (com alto declive) até 2017. Uma medida similar foi adotada também por Minas Gerais.

"As usinas tiveram de partir para a mecanização por pressão da sociedade, mesmo sem ter todas as conveniências. Houve um período de aprendizado para reduzir as perdas", diz Luiz Carlos Correa Carvalho, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag).

Como toda transição, a passagem do corte humano para a máquina trouxe novidades e revezes às lavouras. No início, a mudança mais sentida foi uma perda de produtividade

de 1% porque as facas das colhedoras deixavam para trás "tocos" de cana na terra - justamente a parte onde há a maior concentração de açúcar na planta. Somando isso a outras características internas das máquinas, a produtividade poderia ser reduzida em até 9% do total de cana colhida.

Isso acontecia sobretudo pela falta de nivelamento dos terrenos, que não eram preparados corretamente para entrada das máquinas. O problema foi resolvido com o desenvolvimento pela CTC - e a adoção pela indústria de máquinas - de um corte de base flutuante, pelo qual um circuito regula automaticamente o corte, acompanhando os desníveis dos terrenos.

Depois veio a proliferação de cigarrinhas e brocas. O desequilíbrio surgiu porque a palha da cana, antes queimada, passou a ficar no solo. Para especialistas, o ideal seria que até 30% permanecesse no campo como forma de manter a umidade do solo, e o resto fosse redirecionado à cogeração. Mas os preços pouco atraentes da geração de energia a partir de biomassa desencorajou os produtores de cana a entrar em um novo negócio.

De tudo isso, no entanto, a questão que mais preocupa ainda é o destino dos cortadores de cana. Cada máquina na colheita substituiu 60 homens. Sem detalhar os números, a Unica diz que parte deles voltou para a cidade natal, parte foi treinada para funções diferentes - na usina ou fora dela. Mas a maioria ficou sem o emprego.

Governo volta a renegociar dívida rural. Tarso Veloso – Valor Econômico. 16/01/2013

A lei 12.788/12, que reabre o prazo para a renegociação das operações de crédito rural inscritas na Dívida Ativa da União (DAU), foi publicada ontem no Diário Oficial da União. De acordo com a nova regra, os produtores rurais terão até 31 de agosto para receber um desconto de 33% a 70%, de acordo com o tamanho da dívida.

O refinanciamento é válido para as operações inscritas até outubro de 2010, que englobam cerca de 110 mil contratos e 500 mil produtores, que hoje não podem tomar crédito oficial. Segundo dados mais recentes da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), essas operações somavam R\$ 11,5 bilhões até fevereiro de 2011. As operações se aplicam somente a dívidas contraídas junto a instituições financeiras públicas.

O diretor-adjunto de produtos e financiamento da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Ademiro Vian, explica que a dívida foi parar no Tesouro após o governo comprá-la dos bancos. "Como os clientes não pagaram o Tesouro, os nomes foram negativados e entraram na DAU. Agora, foi dado esse desconto, que era defendido por nós, para criar uma saída aos produtores que possuem dinheiro para quitar os valores", explicou.

O deputado federal Luís Carlos Heinze (PP/RS), autor da emenda, afirma que é preciso buscar uma nova fórmula para a liquidação da dívida. "São valores inchados por juros e correções, e as contas inscritas recentemente não estão beneficiadas. Fica essa brecha para voltarmos a discutir com o governo", disse.

Segundo Heinze, estima-se ainda que contratos que somam outros R\$ 2 bilhões foram inscritos na Dívida Ativa da União depois de outubro de 2010 e, portanto, estão fora da renegociação aprovada na lei.

Uma outra lei (11.775/08) já havia possibilitado o refinanciamento de quase 16 mil contratos, que representavam pouco mais de 10% do total das operações de crédito rural à época. Contudo, até fevereiro de 2011 (último dado da PGFN), cerca de 6,4 mil ou 40% dos 16 mil acordos firmados foram rescindidos por falta de pagamento. "Esses números provam que algo está errado. Nenhuma atividade agrícola tem rendimento suficiente para acompanhar juros tão elevados. Por isso os produtores não conseguem pagar", afirmou Heinze.

A lei 11.775/08 estabeleceu um desconto de 33% para pagamento em até 10 parcelas dos débitos inscritos em DAU acima de R\$ 200 mil. O desconto chegava a 38% caso o mutuário optasse por pagar a dívida integralmente. Além disso, foi fixado um bônus de R\$ 19,2 mil sobre o total da conta. Para valores inferiores a R\$ 200 mil, o abatimento variava entre 36% até 70%, de acordo com o tamanho da dívida. Em todos os casos, a correção do saldo devedor era da taxa Selic mais 1% ao ano.

TMG desponta em pesquisa de sementes para soja. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 16/01/2013

Criada em 2001 por um grupo de produtores de sementes de Mato Grosso e cientistas, a Tropical Melhoramento Genético (TMG) começa a despontar com força no mercado nacional de cultivares para soja, hoje liderado por empresas estrangeiras.

Em 2012, suas variedades foram cultivadas em 17% da área plantada com soja em todo o país, o que a coloca em terceiro lugar no ranking nacional, atrás da argentina Brasmex e da Monsoy, controlada pela americana Monsanto, segundo dados atribuídos à consultoria Kleffmann.

Trata-se de um avanço de dois pontos percentuais em relação ao ano anterior. Em Mato Grosso, maior produtor de soja do país, sua fatia saltou de 39% para 45%, o que consolidou a TMG na liderança daquele mercado.

De acordo com o vice-presidente da companhia, Odilio Balbinotti Filho, a receita da empresa cresceu 15% em 2012, para R\$ 60 milhões. Já o valor gerado pelas variedades comercializadas chegou a R\$ 550 milhões - a maior parte dessa receita fica com os produtores de sementes, que multiplicam as variedades desenvolvidas pela instituição.

Segundo Balbinotti, praticamente toda a receita líquida da TMG é reinvestida na descoberta de novas variedades - no ano passado, foram R\$ 50 milhões. Ao longo da última década, a TMG colocou cerca de R\$ 200 milhões em pesquisa e desenvolvimento. Todos os anos, estima, a empresa testa 450 mil linhagens de soja em 40 campos experimentais no Brasil e 30 no exterior (em países como Argentina, Paraguai, Bolívia e Colômbia). "Temos um dos maiores programas de desenvolvimento de soja do mundo", assegura.

O programa resultou no desenvolvimento das primeiras variedades de soja resistentes ao fungo da ferrugem asiática, doença que provocou prejuízos bilionários desde que chegou ao país, no início dos anos 2000. A tecnologia, garante a TMG, dispensa duas a três pulverizações do agrotóxico usado para combater o problema.

A TMG é controlada por uma associação entre a Unisoja, entidade que congrega produtores de sementes de Mato Grosso e a TGX, formada por pesquisadores da área de genética. Os sementeiros detêm 70% do capital da empresa e os pesquisadores, 30%. A equipe científica é liderada por Romeu Kiihl, ex-pesquisador da Embrapa e considerado um dos principais responsáveis pela adaptação da soja ao Cerrado brasileiro.

Balbinotti, um dos sócios fundadores, conta que a TMG foi concebida pelos sementeiros em 1999 em meio ao avanço das multinacionais no segmento. "A ideia era ter um programa nacional vencedor em genética. O foco das múltis é muito amplo e não cobre as especificidades de cada região", explica.

Com a consolidação de sua posição em soja, a empresa agora vislumbra participar do mercado de milho, um segmento amplamente controlado por empresas como Pioneer (divisão da americana DuPont) e Monsanto. "É um mercado complicado, porque o domínio das multinacionais é muito grande, mas apostamos em nossa estratégia regional".

Balanco: cinco mil famílias de povos e comunidades tradicionais foram beneficiadas em 2012. Site do MDA. 17/01/2013

Povos e comunidades tradicionais de todo o Brasil tiveram, em 2012, diversas políticas públicas voltadas para eles. Somente com os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) beneficiou quase cinco mil famílias quilombolas, indígenas e extrativistas, pelo Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), do governo federal. Reuniões, seminários e a I Conferência Nacional de Ater (I Cnater) também fizeram de 2012 um ano com avanços para esse público.

O coordenador para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira, acredita que o ministério voltou a atenção para esses povos e comunidades. "O MDA vem intensificando as ações voltadas para os quilombolas, indígenas e extrativistas. Buscamos ampliar e qualificar a organização produtiva social e econômica dessas comunidades", afirma. A referência para as ações é o Decreto nº. 6.040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que busca promover o desenvolvimento sustentável desses povos, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, valorizando a identidade.

O ano passado foi, também, o ano de três seminários de Ater específicos para cada segmento (quilombolas, indígenas e extrativistas) e da I Cnater, que Edmilton considera "uma iniciativa que visa promover os direitos dos povos e comunidades tradicionais." A Cnater ocorreu em abril e teve a participação de mais de 700 pessoas, que debateram as diretrizes para a construção da Política Nacional de Ater (Pnater).

Brasil Rural Contemporâneo

Pela primeira vez, a oitava edição da Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, em novembro (RJ), teve espaço dedicado a essas etnias. A Praça dos Povos e Comunidades Tradicionais contou com 15 estandes de comidas, bebidas e, em sua maioria, artesanato. Edmilton Cerqueira destacou que a Feira era a chance de esses povos mostrarem seu valor. “A nossa expectativa é que possamos ampliar essa visibilidade, mostrando a capacidade produtiva dessas comunidades”, disse, à época.

O coordenador acrescentou, ainda, outras iniciativas importantes em 2012. Uma delas foi o lançamento do livro 3º Prêmio Territórios Quilombolas, com artigos, ensaios e memórias de quilombolas, historiadores, sociólogos e pesquisadores. Outra novidade foi a portaria interministerial entre o MDA e a Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que associou e promoveu a articulação entre o Selo Quilombos do Brasil e o Selo de Identificação de Participação da Agricultura Familiar (Sipaf), que torna mais visível a produção da agricultura familiar desses povos.

Chamadas públicas

Em 2013, chamadas públicas de Ater irão beneficiar 4,3 mil famílias quilombolas no Pará, Maranhão, Alagoas, Piauí e Goiás e uma chamada deverá atender 3,5 mil famílias de pescadores artesanais no Pará e Bahia. Os indígenas também terão chamadas voltadas para eles: três mil famílias do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso serão beneficiadas neste ano.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – autarquia ligada ao MDA – deverá publicar também em 2013, chamada pública de assistência técnica para atender 26 mil famílias extrativistas na Região Amazônica. “Foi criado um grupo de trabalho permanente para discutir, organizar, propor e articular ações referentes ao fomento da organização social e produtiva das comunidades extrativistas no País”, explica Edmilton.

Ele espera que, neste ano, as ações para sertanejos, seringueiros, comunidades de fundo de pasto, quilombolas, agroextrativistas da Amazônia, faxinais, pescadores artesanais, cigana, pomeranos, indígenas, pantaneiros, quebradeiras de coco, caiçaras, povos de terreiro e gerazeiros sejam intensificadas. “A expectativa é de ampliação das políticas para contemplar as demandas dessas comunidades.”

Produtos brasileiros são destaque na Winter Fancy Food Show 2013 – Site do MAPA. 18/01/2013

Oito empresas brasileiras foram selecionadas pelo Ministério da Agricultura para expor seus produtos na feira

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) estará presente na 38ª edição da Winter Fancy Food Show 2013, que ocorre de 20 a 22 de janeiro, em São Francisco, Califórnia, nos Estados Unidos. A feira é uma parceria do Mapa, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e da Associação Brasileira de Exportadores e Importadores de Alimentos e Bebidas (ABBA).

A feira se destaca por possuir um perfil para exposição de produtos mais elaborados e sofisticados. Por isso, o Mapa selecionou oito expositores que tenham em seu portfólio produtos gourmet, orgânicos, certificados (fair trade, denominação de origem, indicação geográfica, ISO, BPF, HACCP). Entre elas estão a Velho Barreiro que produz Cachaça; a Mococa (produtos lácteos); Ducoco (água de coco); Globalbev (bebidas de frutas); Conap (mel e produtos apícolas); Brasilbev (energético de açaí); e a Frootiva BlueMacaw (granulado de frutas desidratadas).

Na edição de 2012, a Winter Fancy Food Show reuniu 1.300 expositores de 35 países e regiões e aproximadamente 30 mil pessoas visitaram a feira.

Múltis buscam 'proximidade' com clientes. Bettina Barros e Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 21/01/2013

Desde os anos 1990, grandes fornecedores de insumos tornaram-se também um dos principais financiadores da produção de grãos no Brasil. Passaram a entregar fertilizantes, sementes e defensivos em troca do compromisso da entrega de soja - as chamadas operações de "barter" -, compensando a escassez de crédito bancário.

Mais recentemente, Syngenta, Bayer, Basf, DuPont e Pioneer decidiram ir além: agora, elas se mostram dispostas a oferecer serviços em áreas como logística, gestão, sustentabilidade e capacitação de funcionários. Em busca da fidelidade (e do coração) de clientes estratégicos, a indústria passou a ajudar até no processo de sucessão nas fazendas, diante do movimento inexorável de fuga dos herdeiros para a cidade.

"O desafio é compreender que as necessidades do agricultor vão muito além do que os nossos produtos podem oferecer. É uma relação que vai além da tecnologia. É de serviço, interação, reconhecimento. É preciso estabelecer proximidade", diz Laercio Giampani, presidente da Syngenta no Brasil. Estimativas da indústria mostram que os grandes produtores rurais brasileiros - um grupo de algumas centenas de um total de mais de 100 mil - respondem por pouco menos de um terço das vendas de insumos no país, o que justifica a atenção especial.

Para entender o que querem esses clientes endinheirados (além de preços mais baixos), as empresas lançam mão de pesquisas e do próprio retorno que obtém das conversas com seus distribuidores, revendas e clientes diretos. A partir daí identificam os principais gargalos e criam planos de ação. Como ocorre em outros setores, o planejamento de longo prazo é uma demanda comum. Na esteira da expansão do campo nas últimas décadas, que transformou pequenos agricultores em grandes empresários, vieram os desafios de gestão de propriedades gigantescas, do gerenciamento humano de centenas de funcionários e as questões tributárias. A entrada de filhos, noras e genros no negócio também passou a afligir os agricultores "top" brasileiros.

Este foi um dos caminhos escolhidos pela Syngenta para estreitar laços com um grupo de aproximadamente 600 produtores de elite, chamados de "clientes OTO" (One to One). Há quatro anos, a múlti criou o programa "Academia de líderes", destinado a preparar os filhos de fazendeiros para a sucessão e estimular seu interesse pelo negócio. Durante quatro semanas ao longo do ano, a Syngenta reúne um grupo de potenciais sucessores em São Paulo para uma imersão em assuntos como administração,

governança e ambiente com professores de algumas das principais escolas de negócio do país. O grupo também participa de uma viagem ao exterior, para dias de estudo em grandes universidades. Ao todo, 80 herdeiros já se formaram nessa "academia".

Na mesma linha, a Pioneer, divisão de sementes da DuPont, criou o "Geração após Geração". Desde 2006, realizou encontros anuais com 300 herdeiros para discutir a relação deles com o campo e os fundadores de seus impérios - os pais. Isolados num hotel, tiram dúvidas e recebem consultoria para tentar resolver problemas, em um trabalho de alto cunho emocional. Ali descobrem dificuldades comuns com seus pares. "Os filhos têm a informação, mas não a vivência do campo", diz Cláudio Peixoto, diretor de marketing corporativo da Pioneer Brasil. "A sucessão virou um grande tema entre nossos clientes atualmente".

A gama de serviços oferecidos aos grandes fazendeiros é mais ampla. A Syngenta, por exemplo, coloca à disposição dos clientes OTO um profissional para avaliação técnica das lavouras quatro vezes por mês. Após cada visita, o técnico envia um relatório de recomendações para o dono e o gerente da propriedade rural.

Alguns desses benefícios são oferecidos por meio de um sistema de pontos, semelhante aos programas de milhagem das companhias aéreas: quanto mais o cliente compra da companhia, mais serviços recebe. É o caso do programa "Cada vez mais Basf", criado em 2002 pela companhia alemã, e o "Agriservice", desenvolvido em 2011 pela rival Bayer Cropscience, que oferece consultoria em áreas diversas como gestão, tecnologia, logística, sustentabilidade, capacitação de funcionários.

"Temos uma agricultura pujante, mas falta eficiência e gestão no negócio. Há muito a ganhar aí", afirma Gerhard Bohne, diretor de Operações de Negócios da Bayer.

As empresa também exploram ações de relacionamento. Há seis anos, a DuPont leva clientes grávidos ou promissores para visitar suas instalações em Wilmington, nos EUA. A intenção é que entendam melhor a empresa, comprovem sua grandiosidade e compromisso de investimento em tecnologias de ponta. Desde 2010, passou a levar grupos de até 120 agricultores para as grandes feiras do agronegócio americano, como a Farm Progress, e a seus clientes locais, de forma que pudessem trocar experiências de campo. "Isso desperta muito a curiosidade dos brasileiros", diz Marcelo Okamura, diretor de marketing de Defensivos Agrícolas da DuPont.

A imagem negativa do agricultor nas grandes cidades surgiu como outra preocupação, independentemente do tamanho do cliente. "As pessoas da cidade acham que os agricultores são todos latifundiários que não respeitam o ambiente", diz Eduardo Leduc, vice-presidente de Proteção de Cultivos para a América Latina da Basf. O produtores, por sua vez, sentem-se ressentidos por não terem seu árduo trabalho no campo valorizado pela cidade.

De olho nesse incômodo, a Basf patrocinará o samba enredo da escola de Vila Isabel, no carnaval carioca deste ano, com o tema "Brasil, celeiro do mundo - água no feijão que chegou mais um". Na estratégia de relacionamento e fidelização de clientes (que inclui consultoria de gestão e viagens turísticas à Europa aos melhores compradores), a companhia alemã levou mais de mil agricultores ao Rio de Janeiro em 2012 para assistir aos ensaios da escola no fim de semana. No Carnaval, levará outros 800 a seu camarote.

"Passamos a ter de cuidar do cliente", diz Leduc. "Um problema dele, seja administrativo, de imagem ou sucessão, é nosso também".

O empenho em ajudar trouxe bons resultados. Segundo a empresa, as vendas para os clientes contemplados em suas ações de relacionamento cresceram 65%. Na Syngenta, a participação de mercado da companhia entre os clientes OTO é 10 pontos percentuais maior do que no restante do mercado.

Balanco: chamada específica de Ater garantiu autonomia para dez mil jovens rurais em 2012 – Site do MDA. 21/01/2013

O ano de 2012 foi decisivo para a juventude rural. A publicação da primeira chamada pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) específica para o jovem que vive no campo abriu as portas para que novos projetos de geração de renda tenham autonomia para se desenvolver e produzir. A chamada, no valor de R\$ 14,5 milhões, hoje atende mais de dez mil jovens agricultores familiares de 13 estados brasileiros e prevê a contratação dos serviços de Ater com o objetivo de fomentar projetos e dar visibilidade e acesso às políticas públicas para o jovem rural.

“Foi um marco para a juventude rural, que pensa e deseja coisas diferentes dos pais, por exemplo”, pontua Ana Carolina Silva, assessora especial para a Juventude do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). “Esses esforços são essenciais para a incentivar a permanência desse segmento no campo.” Consideram-se jovens rurais os filhos de agricultores familiares com idade entre 15 e 29 anos que estejam vinculados a uma unidade produtiva familiar. O MDA trabalha para reforçar uma série de políticas e programas que procuram consolidar a confiança no jovem rural, para que ele possa construir sua identidade e cidadania sem ter que deixar o campo.

Crédito

Foi também em 2012 que um dos principais programas que beneficiam a juventude rural, o Pronaf Jovem, teve uma importante modificação anunciada dentro do Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013: a ampliação do limite de R\$ 12 mil para até R\$ 15 mil por beneficiário. Outra boa notícia foi a possibilidade de acessar a linha de investimento por meio do Banco do Brasil. Com juros de 1% ao ano, o prazo de reembolso do crédito do Pronaf Jovem pode chegar até dez anos, com três de carência. “No âmbito do Plano Safra, a juventude entra com um recorte específico, o que é uma grande conquista”, afirma Ana Carolina.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PCNF) também trouxe novidades no ano passado. Cerca de 1/3 dos agricultores que acessam o programa fazem parte do público jovem, inseridos no selo Nossa Primeira Terra, que passou a ser uma linha do programa. Desde a sua criação, o Nossa Primeira Terra já beneficiou quase 32 mil jovens, num investimento de R\$ 863 milhões. O objetivo é dar ao jovem brasileiro a oportunidade de permanecer no meio rural e contribuir para o desenvolvimento local, em vez de migrar para as grandes cidades. São atendidos dentro da linha jovens até 28 anos que não sejam proprietários de terra, filhos de agricultores e estudantes de escolas agrotécnicas que desejem adquirir uma propriedade rural.

Pronacampo

Um dos principais motivos para o jovem deixar o campo é o acesso à educação. Por isso, uma das conquistas de 2012 foi o lançamento do Pronatec Campo, uma das linhas de ação adotadas pelo Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo), do Ministério da Educação, com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Elevar a educação e qualificar a formação de jovens e adultos por meio da expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica para a população brasileira são os principais objetivos do programa.

Mais de 30 mil jovens e adultos da agricultura familiar estão sendo qualificados em cursos variados, como os de agente de desenvolvimento socioambiental, agente de desenvolvimento cooperativista, agricultor agroflorestal, agricultor familiar e agricultor orgânico, entre outros.

“No ano passado começamos um desenho interessante de criação de políticas públicas, principalmente voltadas para a permanência do jovem no campo”, observa Ana Carolina. “Aperfeiçoar essas ações e fortalecer os jovens, para que eles tenham cada vez mais acesso à terra, à educação, à cultura e ao esporte, é nosso desafio em 2013. O objetivo é fazer com que o jovem rural se aproprie dessas políticas, para que elas cheguem mais rápido na ponta”, afirma a assessora especial.

Indústria deve ajudar Sudeste e Norte em 2013. Francine De Lorenzo – Valor Econômico. 22/01/2013

Com seus 8,5 milhões de quilômetros quadrados, o Brasil é um território rico em diversidade, inclusive econômica. As regiões brasileiras reagiram de forma distinta às intempéries externas, à desaceleração da atividade doméstica e aos incentivos lançados pelo governo durante todo o ano de 2012 para reaquecer o consumo, a produção e os investimentos. Se em 2012 a indústria afetou negativamente as regiões, em 2013 ela atuará no sentido contrário.

Enquanto os Estados mais ligados à produção industrial, como São Paulo e Amazonas, sofreram com a queda das exportações e a concorrência dos importados no ano passado, a região Centro-Oeste, fortalecida pelo agronegócio, avançou mais.

Em 2013, o agronegócio deve continuar gerando bons retornos ao Centro-Oeste, mas a maior promessa, segundo a Tendências Consultoria, vem do norte do país, com a expectativa de retomada da indústria, principalmente a extrativa. A consultoria estima crescimento de 3,2% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro neste ano - bastante acima do 0,8% projetado para 2012 -, com a região Norte avançando 4,5% (um salto frente ao 1,1% previsto em 2012) e o Centro-Oeste se expandindo 3,7%, ligeiramente acima dos 3,3% esperados no ano passado.

Enquanto o Sudeste também se recupera com ajuda da indústria (alta projetada de 3,1% para 2013), a região Sul, assim como em 2012, deve ficar na lanterna do crescimento neste ano, avançando 2,2% (a previsão para 2012 é de aumento de apenas 0,2%). O baixo dinamismo de setores de grande peso na região (alimentício, químico, têxtil e couro), avalia a consultoria, prejudicará o desempenho do Sul, apesar da expectativa de recuperação dos agronegócios, que em 2012 foram afetados pela seca.

Nas regiões Norte e Nordeste do país, a despeito do comportamento tímido da indústria no ano passado, as vendas do comércio cresceram a um ritmo de dois dígitos, impulsionadas pelo aumento de renda. O mercado de trabalho também rendeu bons frutos no Sul, onde de taxa de desemprego é a menor do país. Entre as seis regiões metropolitanas analisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Porto Alegre é a que apresentou entre janeiro e outubro a menor taxa média de desocupação, de 4,1%.

O ano de 2012 não foi bom para a região Sudeste, que gera mais da metade do PIB brasileiro - o que ajuda a entender a modesta expansão de 0,5% projetada para a região para o ano passado. Os quatro Estados que compõem a região viram suas indústrias encolher. A maior perda foi a do Rio de Janeiro, de 6,2% nos dez primeiros meses de 2012, em relação ao mesmo período de 2011. "A indústria automobilística derrubou a produção industrial do Rio e também de outros Estados, apesar dos esforços do governo", diz Cristina Reis, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Mesmo com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a fabricação de veículos automotores diminuiu 35,8% de janeiro a outubro no Rio e 16,1% em São Paulo. Apenas em Minas Gerais a produção de automóveis cresceu - 3,5% no período.

O vigor do comércio compensou parcialmente a fragilidade da indústria no Sudeste. Em São Paulo, as vendas do varejo restrito (que exclui automóveis e materiais de construção) aumentaram 9,9% de janeiro a outubro deste ano, em relação ao mesmo período de 2011, superando o crescimento médio nacional, de 8,9%. No Espírito Santo, o desempenho foi ainda melhor, com o setor se expandindo 10,1%.

O destaque do consumo ficou com as regiões Norte e Nordeste, onde grande parte dos Estados apresentou crescimento de dois dígitos nas vendas do varejo restrito no ano passado. Em Roraima, o aumento chegou a 28,6% nos dez primeiros meses de 2012 em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto no Acre, Amapá, Tocantins, Maranhão, Pernambuco e Bahia a alta ultrapassou 10% nas mesmas bases de comparação.

"O Norte e o Nordeste são muito influenciados por políticas sociais e pelo reajuste do salário mínimo - e ambos tiveram forte aumento em 2012", observa Fabio Bentes, economista da Confederação Nacional do Comércio de Bens, serviços e Turismo (CNC).

Em 2012, o salário mínimo teve reajuste de 14% - 7,5% acima da inflação -, aumento que influenciou não só os programas de transferência de renda, mas também os benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). "A economia de muitas cidades do Norte e Nordeste do país depende de pensões e aposentadorias. Por isso é possível compreender porque mesmo com o emprego crescendo pouco nessas regiões o consumo avançou muito no ano", diz o professor da PUC-SP, Antonio Corrêa de Lacerda.

A massa de renda do Bolsa Família, de acordo com projeções da Tendências, cresceu 20,9% no Norte e 13,6% no Nordeste no ano passado. No mesmo período, a massa de renda oriunda de benefícios do INSS subiu 10,3% no Norte e 9,6% no Nordeste. Com

isso, o Norte despontou como líder no ranking de crescimento da massa de renda total (que inclui trabalho, INSS e Bolsa Família) em 2012, ao contabilizar aumento esperado de 6,7%. No Nordeste, a alta projetada é de 5,6%, também superando a média do país, de 4,8% no período.

No que diz respeito a emprego, a melhor situação é vista no outro extremo do país. A região Sul conta com a menor taxa de desocupação do Brasil, segundo o IBGE. Entre janeiro e outubro, a taxa média de desemprego foi de 4,1% da População Economicamente Ativa (PEA), bastante abaixo da média nacional de 5,7% no período. Os fatores demográficos que contribuem para o arrefecimento do desemprego no Brasil, diz Lacerda, estão mais presentes no Sul.

É nessa região, segundo ele, que o crescimento populacional é menor, influenciando a expansão da PEA. "Quanto mais desenvolvida é a região, maior a desaceleração demográfica. Isso porque há menos pessoas entrando no mercado de trabalho e esse ingresso ocorre tardiamente, já que o tempo de estudo é maior", argumenta Lacerda. Com menos gente procurando trabalho, o desemprego cai.

Em 2012, o Sul sofreu com a quebra da safra de grãos, que prejudicou o desempenho do setor agropecuário. A região também apresentou resultado negativo no setor industrial, com a contração de mais de 10% na produção de veículos nos três Estados que formam o Sul - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Dentre as cinco regiões brasileiras, o Sul, segundo estimativas da Tendências, é a única com perspectiva negativa para os próximos cinco anos. A especialização em setores pouco dinâmicos e a migração de atividades para o Centro-Oeste, avalia a consultoria, devem prejudicar o desenvolvimento da região. A Tendências projeta crescimento médio de 3,6% para o Brasil entre 2013 e 2017, sendo que a expansão média esperada para o Sul é de apenas 2,7% no período.

Com grandes projetos em mineração, papel e celulose, veículos, petroquímica, energia eólica, hidráulica e gás, ferrovias e estaleiros, além do amplo potencial consumidor, o Norte e o Nordeste se destacam como as regiões com maior potencial de crescimento nos próximos cinco anos (média de 4,6% de expansão para ambas). No Centro-Oeste, a força do agronegócio promete manter o crescimento da região acima da média nacional, chegando a 3,9%. Já no Sudeste, o crescimento médio projetado de 3,3% se baseia nos grandes projetos de mineração, petróleo, siderurgia e veículos, além da expectativa gerada pela Copa e Olimpíada.

Núcleo de Estudos do MDA tem nova direção – Site do MDA. 22/01/2013.

O historiador Roberto Nascimento é o novo diretor do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Nead/MDA). Nascimento tomou posse na manhã desta terça-feira (21), em cerimônia realizada na sede do órgão, em Brasília, com a presença do ministro Pepe Vargas.

“O Nead é um órgão de Estado dentro de um governo que trabalha para diminuir a desigualdade social e aumentar as oportunidades para a população e, especificamente no nosso caso, voltado aos brasileiros e às brasileiras que atuam no campo e se organizam

economicamente na agricultura familiar”, declarou o novo diretor do Núcleo. “Vamos continuar o excelente trabalho que o Nead faz em torno da produção de conhecimento e podemos ampliar o foco com novos temas e maior difusão daquilo que é construído aqui, principalmente neste ano, em que o MDA vai promover a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário”, disse Nascimento.

O ministro Pepe Vargas destacou a importância do Nead na compreensão das mudanças no campo. “Entender a dinâmica do meio rural brasileiro e fornecer subsídios que contribuam para o MDA aprimorar as políticas públicas de desenvolvimento rural é um papel fundamental que o órgão vem desempenhando, por meio de estudos e publicações e da articulação com os centros de pesquisa”, afirmou.

Vargas citou como exemplo o estudo Superação da pobreza e a nova classe média no campo. Publicada pelo Nead em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, no final de 2012, a pesquisa mostra que a vida melhorou no campo não apenas com programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, com os benefícios da previdência e com o aumento do salário mínimo.

“Outros fatores importantes para a redução da pobreza no meio rural são as políticas públicas para a agricultura familiar, como os programas de compras governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), além de projetos de assistência técnica e extensão rural. Essas políticas e ações combinadas têm possibilitado o desenvolvimento a uma parcela significativa da agricultura familiar. Nosso desafio é contribuir para o aumento da renda daqueles que ainda estão na pobreza e os que estão em transição”, enfatizou.

Reflexão

O Nead é um espaço de reflexão, divulgação e articulação institucional com universidades, organizações não governamentais, movimentos sociais, outros órgãos estatais e agências de cooperação, nacionais e internacionais. Produz e apoia estudos e pesquisas dedicadas a subsidiar a formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, em temas como reforma agrária, fortalecimento da agricultura familiar e diversificação das economias rurais, promoção da igualdade, políticas dedicadas à juventude e às populações e comunidades tradicionais.

Roberto Nascimento é natural de Cruz Alta (RS), graduado pela Universidade de Caxias do Sul e mestre e doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Foi assessor especial no MDA e atua como secretário-executivo do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Ele assume suas funções em substituição a Joaquim Soriano, que, após mais de três anos a frente do Nead, passa a atuar como diretor na Fundação Perseu Abramo, em São Paulo.

Produtividade brasileira de grãos cresce 24% em dez anos – Site do MAPA. 22/01/2013

Projeções do Governo Federal apontam que o crescimento da produção de grãos no Brasil nos últimos dez anos deve registrar elevação de 46,5%, o que não implica

também no aumento excessivo de área, de apenas 15,7% no período. Como resultado, o índice de produtividade previsto para o país este ano de 3,46 toneladas por hectare (t/ha), se confirmado, será o maior da história – 24% maior que na safra 2002/2003. As informações têm base nos levantamentos históricos de safra da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Com o aumento dos investimentos e do uso de tecnologia no campo, o Brasil saiu de uma produção de 123,1 milhões de toneladas na safra 2002/2003 para 180,4 milhões esperados na temporada 2012/13. Também houve aumento de área plantada, mas em ritmo muito menor: de 43,9 milhões de hectares, há dez anos, para 52 milhões previstos este ano.

Um fator determinante para o cenário positivo tem sido o crescimento nos últimos anos da produtividade nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Na safra 2002/2003, esses índices eram respectivamente de 3,3 t/ha, 3,13 t/ha e 3,1 t/ha. Já na temporada atual, os valores saltaram para 3,9 t/ha, 3,76 t/ha e 3,67 t/ha. O Distrito Federal é a Unidade da Federação com o melhor resultado: 4,9 t/ha em 2013.

“O produtor brasileiro se destaca no cenário mundial pelos investimentos cada vez maiores em aumento produtivo, não de área cultivada. Diversos produtos do agronegócio têm contribuído para esse resultado, como o milho e a soja”, destacou o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho.

Em dez anos, ampliaram os recursos em crédito de investimento adquiridos pelos agricultores. Foram R\$ 3,5 bilhões durante todo o ano safra 2002/2003, enquanto em apenas seis meses da temporada 2012/13 esse valor já é de R\$ 5,5 bilhões, de acordo com levantamentos da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura.

Segundo o secretário de Política Agrícola do Mapa, Neri Geller, os empréstimos em investimento tendem a continuar aumentando com as perspectivas otimistas no cenário agrícola brasileiro. “A expectativa de ganhos ainda maiores nas lavouras brasileiras tem elevado os financiamentos para aquisições de máquinas e equipamentos modernos. Não há dúvidas de que o Governo também disponibilizará mais recursos nas próximas safras para essa finalidade”, destacou o secretário, lembrando que o setor tem uma das menores taxas de inadimplência do mercado, de 0,5%.

Ministério discute escoamento de produção no Mato Grosso – Site do MAPA. 22/01/2013

Secretário de Política Agrícola do Mapa reitera apoio da pasta às necessidades dos produtores rurais

O escoamento da produção de grãos brasileira é uma das atenções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para a safra 2012/13. Para tratar sobre o tema, o secretário de Política Agrícola do Mapa, Neri Geller, e o diretor executivo do Movimento Pró-Logística, Edeon Vaz Ferreira, encontraram-se nesta terça-feira, 22 de janeiro, em Brasília.

O deslocamento da produção agrícola do Mato Grosso foi a principal pauta da reunião. De acordo com Edeon, é fundamental que as obras em andamento em rodovias no estado não sejam interrompidas. “Pela BR 158, por exemplo, foram escoadas 500 mil toneladas de grãos em 2012. Com a conclusão dos trabalhos, será possível aumentar esse número para 2 milhões de toneladas”, afirmou.

“Essa questão será tratada com o Ministério dos Transportes e a Casa Civil. É importante mostrar a importância da manutenção dessas obras no Centro-Oeste”, afirmou o secretário Geller. O estado é o maior produtor de grãos do Brasil na safra 2011/12, com 40,3 milhões de toneladas.

Primeiras unidades armazenadoras da Conab recebem certificação – Site da CONAB. 23/01/2013

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) recebeu o certificado de conformidade, pelo Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras (SNCUAs), das instalações de Ponta Grossa e Cambé, no Paraná, e de Brasília/DF. A auditoria foi concluída em novembro e o documento entregue no início deste ano.

Segundo a Instrução Normativa nº 41, que escalonou em etapas os prazos para certificação, as empresas que possuem mais de três unidades armazenadoras e tenham capacidade estática em ambiente natural acima de 20 mil, deveriam certificar pelo menos 15% de sua capacidade até o final de 2012. A Conab conseguiu superar esse número com a certificação das três primeiras unidades, que possuem juntas um total de 509.400 toneladas, ou seja, 22,40% da capacidade estática da Companhia em ambiente natural, que é de 2,27 milhões de toneladas.

Além de cumprir a primeira etapa da instrução normativa, a Conab pretende garantir a certificação em 100% da rede armazenadora própria até 2017. "Estamos aguardando a liberação de recursos orçamentários para fazer as adequações necessárias nas unidades restantes", afirma o diretor de Operações e Abastecimento, Marcelo Melo. "A nossa previsão é que sejam certificadas outras 14 unidades da Companhia em 2013".

Histórico - As instruções normativas vinculadas ao Sistema Nacional de Certificação do Brasil estabelecem que todas as Unidades Armazenadoras que prestam serviços a terceiros, remunerados ou não, são obrigadas a ter a certificação e cumprir com os requisitos mínimos para a guarda e manutenção de produtos. Das mais de 7 mil unidades em todo o Brasil, aproximadamente 430 estão certificadas, com destaque para o Rio Grande do Sul, que já garantiu a certificação de 126 unidades.

Pelo calendário das etapas, estipulado pela IN nº29/2011, as empresas armazenadoras que tenham certificado 75% das suas unidades até o final da 5ª etapa (31/12/2016), será concedido um prazo de mais quatro anos, para que as Unidades Armazenadoras remanescentes, de difícil ou impossível adaptação, possam sofrer as intervenções necessárias. Após esse período, as que não puderem ser certificadas poderão ser utilizadas apenas em caráter estritamente emergencial.

De acordo com o superintendente de Armazenagem da Conab, Rafael Bueno, é importante ressaltar que a instrução vale inclusive para os armazéns privados que atuam

junto ao Governo. "As unidades que pretendem continuar prestando serviços para a Companhia também deverão, obrigatoriamente, estar adequadas às normativas que regulamentam o SNCUA".

Uso de fertilizantes cresce 4,2% em 2012 e bate novo recorde. Carine Ferreira – Valor Econômico. 23/01/2013

O Brasil consumiu 29,5 milhões de toneladas de fertilizantes em 2012, um recorde, segundo estimativa da RC Consultores. Trata-se de um aumento de 4,24% sobre as 28,3 milhões de toneladas registradas no ano anterior. Os dados oficiais, contabilizados pela Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), ainda não foram divulgados.

Para 2013, a expectativa é de mais um recorde. Segundo a RC, os produtores rurais vão demandar 30,5 milhões de toneladas, um crescimento de 3,38% sobre o volume estimado para o ano passado. A expectativa é que o mercado seja sustentado pelo crescimento da área plantada com grãos e da renda agrícola.

"O que vai puxar esse crescimento do mercado de fertilizantes é principalmente a soja", diz Fábio Silveira, sócio-diretor da RC. Ele estima que a receita gerada pelo grão cresça 24,5% em 2013. (*ver matéria ao lado*). Silveira avalia ainda que a cana-de-açúcar também pode colaborar, ainda que timidamente, para o aumento do consumo.

As importações devem crescer 3,5%, de 18,9 milhões para 19,56 milhões de toneladas, em 2013. Em 2012, de acordo com a RC, foram gastos US\$ 8,4 bilhões com essas compras, uma redução de 4,97% ante os US\$ 8,84 bilhões de 2011. Nos últimos dois anos, o preço médio do insumo importado oscilou entre US\$ 440 e US\$ 450 por tonelada.

O país importa cerca de 75% dos adubos que consome. Segundo especialistas, a dependência externa ainda vai demorar para diminuir, apesar da previsão de investimentos da ordem de US\$ 18,9 bilhões por empresas que atuam no país até 2017, segundo levantamento da Anda divulgado em agosto do ano passado. Esse montante é 45,4% superior estimado um ano antes para o mesmo período.

Somente os projetos relacionados ao potássio, cuja dependência externa chega a 90% do consumo brasileiro, devem ter US\$ 7,8 bilhões de investimentos até 2016, segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM).

O analista da Scot Consultoria, Rafael de Lima Filho, prevê estabilidade ou mesmo um pequeno recuo na demanda por fertilizantes em 2013. Segundo ele, os investimentos já realizados pelos produtores no ano passado - quando houve expansão de área e boa rentabilidade na produção de grãos - podem limitar a expansão do uso de adubos neste ano.

Os preços de fertilizantes no mercado mundial, que já recuaram nos últimos três meses diante da menor demanda, podem cair ainda mais neste primeiro semestre do ano, na avaliação de Lima Filho. Segundo ele, a demanda dos Estados Unidos - maior produtor agrícola do mundo - pode ser menor, já que muitas áreas castigadas pela seca no ano passado não produziram. "A necessidade de adubação nessas áreas é menor", observa.

Silveira, da RC, projeta uma queda de 5% a 10% no preço médio dos fertilizantes diante da tendência de recuo dos preços do petróleo e do crescimento apenas modesto da economia mundial. No mercado interno, os preços iniciaram o ano sob pressão. Segundo a Scot Consultoria, a tonelada do cloreto de potássio granulado recuou 4,2% na 1ª quinzena de janeiro ante dezembro, para R\$ 1.289 a tonelada - uma desvalorização de 5% em relação a janeiro de 2012. A demanda deve aumentar a partir de fevereiro, com o plantio da segunda safra (safrinha) de milho e da cana-de-açúcar.

Apreensão no campo. Tomás Balduino – Folha de São Paulo. 23/01/2013

Lideranças camponesas e indígenas estão apreensivas com o poder da senadora por sua atuação na demarcação de terras no Brasil

Eis o quadro: o pequeno agricultor Juarez Vieira foi despejado de sua terra, em 2002, no município tocantinense de Campos Lindos, por 15 policiais em manutenção de posse acionada por Kátia Abreu. Juarez desfilou, sob a mira dos militares, com sua mulher e seus dez filhos, em direção à periferia de alguma cidade.

O caso acima não é isolado. O governador Siqueira Campos decretou de "utilidade pública", em 1996, uma área de 105 mil hectares em Campos Lindos. Logo em 1999, uns fazendeiros foram aí contemplados com áreas de 1,2 mil hectares, por R\$ 8 o hectare. A lista dos felizardos fora preparada pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins, presidida por Kátia Abreu (PSD-TO), então deputada federal pelo ex-PFL.

O irmão dela Luiz Alfredo Abreu conseguiu uma área do mesmo tamanho. Emiliano Botelho, presidente da Companhia de Promoção Agrícola, ficou com 1,7 mil hectares. Juarez não foi o único injustiçado. Do outro lado da cerca, ficaram várias famílias expulsas das terras por elas ocupadas e trabalhadas havia 40 anos. Uma descarada grilagem!

Campos Lindos, antes realmente lindos, viraram uma triste monocultura de soja, com total destruição do cerrado para o enriquecimento de uma pequena minoria. No Mapa da Pobreza e Desigualdade divulgado em 2007, o município apareceu como o mais pobre do país. Segundo o IBGE, 84% da população viviam na pobreza, dos quais 62,4% em estado de indigência.

Outro irmão da senadora Kátia Abreu, André Luiz Abreu, teve sua empresa envolvida na exploração de trabalho escravo. A Superintendência Regional de Trabalho e Emprego do Tocantins libertou, em áreas de eucaliptais e carvoarias de propriedade dele, 56 pessoas vivendo em condições degradantes, no trabalho exaustivo e na servidão por dívida.

Com os povos indígenas do Brasil, Kátia Abreu, senadora pelo Estado do Tocantins e presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), tem tido uma raivosa e nefasta atuação.

Com efeito, ela vem agindo junto ao governo federal para garantir que as condicionantes impostas pelo Supremo no julgamento da demarcação da área indígena

Raposa Serra do Sol sejam estendidas, de qualquer forma, aos demais procedimentos demarcatórios.

Com a bancada ruralista, ela pressionou a Advocacia-Geral da União (AGU), especialmente o ministro Luís Inácio Adams. Prova disso foi a audiência na AGU, em novembro de 2011, na qual entregou, ao lado do senador Waldemir Moka (PMDB-MS), documento propondo a criação de norma sobre a demarcação de terras indígenas em todo o país.

O ministro Luís Adams se deixou levar e assinou a desastrosa portaria nº 303, de 16/7/12. Kátia Abreu, ao tomar conhecimento desse ato, desabafou exultante: "Com a nova portaria, o ministro Luís Adams mostrou sensibilidade e elevou o campo brasileiro a um novo patamar de segurança jurídica".

Até mesmo com relação à terra de posse imemorial do povo xavante de Marãiwatsèdè, ao norte do Mato Grosso, que ganhou em todas as instâncias do Judiciário o reconhecimento de que são terras indígenas, Kátia Abreu assinou nota, como presidente da CNA, xingando os índios de "invasores".

Concluindo, as lideranças camponesas e indígenas estão muito apreensivas com o estranho poder econômico, político, classista, concentracionista e cruel detido por essa mulher que, segundo dizem, está para ser ministra de Dilma Rousseff. E se perguntam: "Não é isso o Poder do Mal?" No Evangelho, Jesus ensinou aos discípulos a enfrentar o Poder do Mal, recomendando-lhes: "Esta espécie de Poder só se enfrenta pela oração e pelo jejum" (Cf. Mt 17,21).

Agronegócio rendeu US\$ 481 bi desde 2000 – Folha de São Paulo. 23/01/2013

O ano passado foi bom para as exportações do agronegócio brasileiro. Mas poderia ter sido ainda melhor se o preço médio dos produtos comercializados não tivesse caído 2,9% em dólar.

Já a demanda externa foi firme, com aumento médio de 8,6% no volume exportado. Os dados são do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada).

O resultado dessa demanda externa permitiu um saldo comercial de US\$ 97 bilhões no setor em 2012, uma marca histórica.

O agronegócio continua sendo um forte sustentáculo para as contas brasileiras. De 2000 para cá, o saldo líquido da balança comercial desse setor atingiu US\$ 481 bilhões. O volume exportado subiu 190%. Já os preços externos tiveram evolução de 118%.

Nos dois últimos anos, os preços médios em dólar dos produtos do agronegócio atingiram patamar recorde em abril de 2011. Em seguida, os preços perderam força, voltando a subir no início do ano passado. No segundo semestre, voltaram a cair.

Para Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros, professor titular da Esalq/USP, o comportamento das exportações do agronegócio neste ano depende essencialmente da evolução da produção interna e da demanda externa.

As perspectivas de produção para 2013 apontam para um crescimento de cerca de 10% para as lavouras, com os produtores animados com os preços de várias commodities, ainda considerados remuneradores.

"A demanda externa deve seguir firme, embora com crescimento menos acelerado, permitindo antecipar, com certa segurança, volumes e preços nos patamares do ano anterior, em média", diz Camargo Barros.

Essas considerações levam a imaginar exportações entre US\$ 90 bilhões e US\$ 100 bilhões. "Entretanto, deve-se manter cautela porque em anos recentes tem havido forte impacto de eventos climáticos extremos, comprometendo grandes volumes de produção e afetando marcantemente os preços."

Os países que sofrerem tais eventos vão ter perdas significativas. Os que não, evidentemente serão beneficiados. O fator sorte pode tornar-se determinante.

Megainvestimento abre nova rota para soja. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 24/01/2013

Com a aproximação das obras de pavimentação da BR-163 de Itaituba (PA), empresas privadas começam a tirar do papel os planos para a criação de um novo sistema logístico, capaz de escoar até 20 milhões de toneladas de grãos de Mato Grosso pelos portos da Bacia Amazônica. Ao todo, os investimentos na construção de estações de transbordo, armazéns, terminais portuários, empurradores e embarcações devem consumir mais de R\$ 3 bilhões até o fim da década.

O corredor abre uma nova rota para a exportação da soja e do milho colhidos no entorno dos municípios de Sinop, Sorriso, Nova Mutum e Lucas do Rio do Verde, cortados pela BR-163. Hoje, mais de 70% da safra mato-grossense é escoada pelos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR), a mais de 2 mil quilômetros da origem. Alguns caminhões vão ainda mais longe, até São Francisco do Sul (SC) e Rio Grande (RS).

Boa parte dos recursos privados deve ser investida no município paraense de Itaituba, especificamente no distrito de Miritituba, localizado à margem direita do Rio Tapajós e próximo ao entroncamento entre as rodovias BR-163 e BR-230, a cerca de 900 quilômetros desse cinturão agrícola. O objetivo é transformar o município em uma espécie de "hub", capaz de receber a produção do Médio-Norte de Mato Grosso e distribuí-la em comboios de barcaças para os portos exportadores de Santarém (PA), Vila Rica (PA) e Santana (AP). A expectativa é que os primeiros carregamentos de Mato Grosso passem por esse corredor a partir da safra 2014/15.

Pelo menos oito empresas já adquiram terrenos em Miritituba para a construção de estações de transbordo à margem do Tapajós, um rio naturalmente navegável para barcaças. Destas, ao menos quatro - as tradings americanas Bunge e Cargill e as operadoras logísticas Hidrovias do Brasil e Cianport - possuem projetos em estágio final de licenciamento ambiental e com obras a iniciar ainda em 2013.

Nova saída

Corredor logístico BR-163 — Rio Tapajós



Segundo o vice-presidente da Associação dos Terminais Privados do Rio Tapajós (ATAP), Geraldo Affonso, as quatro companhias devem investir, ao todo, R\$ 600 milhões apenas em Miritituba e outros R\$ 1,4 bilhão na construção dos comboios de barcaças e em aumento de capacidade em seus terminais nos portos exportadores. "Os investimentos já conhecidos somam R\$ 2 bilhões, mas o valor será muito maior", afirma.

Composta por oito empresas, a ATAP foi criada em novembro do ano passado com o objetivo de representar os interesses das empresas com planos de investimento no novo sistema. Além das quatro empresas citadas, fazem parte da associação Brick Logística, Chibatão Navegações, Reicon e Unirios.

A Cargill, que há 10 anos opera um terminal graneleiro no Porto de Santarém (PA), é uma das maiores interessadas no projeto. Segundo o gerente de portos da companhia, Clythio Buggenhout, a múlti pretende investir cerca de R\$ 200 milhões para receber a produção em Miritituba e transportá-la, pelo Tapajós, até o porto. Com isso, a empresa quer triplicar o volume de soja exportado por Santarém, das atuais 1,9 milhão de toneladas para 4 milhões por ano.

"Miritituba é um entreposto óbvio de interligação rodo-hidroviária, é um curinga. De lá podemos ir a qualquer porto grande da Região Norte. O projeto abre uma matriz de alternativas logísticas", afirma Buggenhout. "Estamos falando de investimentos totais de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões nesse eixo".

O executivo afirma ainda que o investimento vai mitigar o "impacto socioambiental" que a chegada de milhares de caminhões carregados com soja teria sobre Santarém após a conclusão da BR-163 - cada comboio de barcaças pode transportar até 30 mil toneladas de grãos, substituindo mais de 800 caminhões. Hoje, a soja exportada do terminal da Cargill em Santarém é transportada de caminhão até Porto Velho (RO), de onde segue por barcaça até Santarém.



Comboios de barcaças que vão operar nos rios da bacia amazônica para os portos de Vila do Conde e Santana podem transportar até 30 mil toneladas de grãos, substituindo mais de 800 caminhões

A Bunge não comenta seus investimentos na região, mas o **Valor** apurou que a companhia deve aportar cerca de R\$ 500 milhões na construção de uma estação de transbordo em Miritituba e de um terminal portuário no porto de Vila do Conde, no município paraense de Barcarena. Segundo as fontes ouvidas pelo jornal, a empresa pretende construir uma capacidade para movimentar até 5 milhões de toneladas pelo novo corredor. Só o investimento em barcaças para operar o trecho deve demandar outros R\$ 300 milhões.

A Hidrovias do Brasil, empresa controlada pelo fundo P2 Brasil - criado pelos grupos Pátria Investimentos e Promon - teria planos de investir um montante semelhante ao da Bunge em seu eixo, também ligando Miritituba a Vila do Conde.

O presidente da Hidrovias do Brasil, Bruno Serapião, não confirma os valores, mas afirma que o sistema operado pela companhia terá capacidade para movimentar 4,4 milhões de toneladas de grãos. "Pretendemos iniciar a construção dos dois terminais [Miritituba e Vila do Conde] ainda no primeiro semestre e entrar em operação na safra 2015/16", afirma.

Segundo ele, a companhia deve escoar até 1,5 milhão de toneladas no primeiro ano de operação e atingir a capacidade total na temporada 2020/21. O executivo revela ainda que a companhia deve contratar a construção de pelo menos sete comboios de barcaças, com capacidade individual para transportar até 700 mil toneladas anuais.

Serapião afirma que a Hidrovias do Brasil vai construir e operar o sistema, mas não descarta a entrada de um sócio. "Há interesse de empresas no mercado em desenvolver parcerias e estamos estudando essa possibilidade".

Para ele, a entrada em operação do novo eixo logístico deverá resultar em uma "queda significativa" nos custos de frete, mas ainda é cedo para fazer projeções. "Trata-se de um sistema novo e ainda precisamos saber qual será a base tributária desses investimentos, o que é determinante para o cálculo do preço final".

Já a Cianport, uma joint venture entre as mato-grossenses Fiagril Participações e Agrosoja (ver matéria ao lado), prevê investir entre R\$ 350 milhões e R\$ 380 milhões na construção de estruturas de recebimento e embarque em Miritituba e no Porto de Santana, no Amapá. O objetivo é transportar até 3 milhões de toneladas pelo corredor. Na primeira fase, com implantação entre 2014 e 2018, a empresa deve movimentar 1,8

milhão de toneladas. A empresa captou um empréstimo de R\$ 73 milhões do fundo da marinha mercante, operado pelo BNDES.

O secretário de Desenvolvimento do Pará, Sydney Rosa, diz que mais de 15 empresas podem se instalar em Miritituba nos próximos anos. "Precisamos garantir um processo ordenado, pois crescerão as demandas sociais na região", afirma.

Monsanto propõe acordo para suspender royalties. Mariana Caetano e Tarso Veloso – Valor Econômico. 24/01/2013

Após se envolver em disputas judiciais em torno da cobrança de royalties da soja RR ("Roundup Ready", resistente ao herbicida glifosato), a Monsanto confirmou que não vai mais cobrar as taxas para uso dessa tecnologia no Brasil nas safras 2012/13 e 2013/14, conforme acordo proposto pela múlti americana.

De acordo com a empresa, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e mais dez federações estaduais de agricultura do país - dentre elas a da Bahia, de Goiás, Maranhão, Rio Grande do Sul, Piauí, de Santa Catarina e Tocantins - já assinaram o documento na terça-feira, quando a medida da companhia começou a ser concretizada.

Na prática, a Monsanto se propõe a suspender a cobrança dos royalties até 2014, quando a empresa alega que a tecnologia se tornará de domínio público. Em contrapartida, os agricultores precisam se comprometer a não questionar os valores dos royalties pagos desde 2010.

As discordâncias em torno da data de vigência da patente da tecnologia começaram em outubro do ano passado. À época, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso concedeu liminar favorável à Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) e a 24 sindicatos rurais, ao determinar que a Monsanto deveria suspender de imediato a cobrança de royalties sob o uso das tecnologias Bollgard I (BT), para o algodão, e Roundup Ready (RR), para a soja.

O pedido da Famato foi baseado em estudo técnico e jurídico, segundo o qual o direito de propriedade intelectual da tecnologia RR teria vencido em setembro de 2010, tornando-se de domínio público. Por ainda acreditar que a cobrança é indevida, a entidade se posicionou contra a nova proposta da Monsanto. A Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja-MT) e um grupo de sindicatos rurais locais também rejeitam o acordo.

"Nesse momento, nós asseguramos o direito coletivo. O produtor é livre para fazer qualquer transação com a Monsanto. Mas a percepção é de que, em Mato Grosso, a maioria dos produtores deve rejeitar a proposta", previu Rui Prado, presidente da Famato, ao lembrar que o acordo com a multinacional é de caráter individual. "Por isso, a decisão final fica a cargo de cada produtor", disse. A estimativa da Famato é de que a suspensão do pagamento de royalties traria uma economia de R\$ 300 milhões aos agricultores do Estado.

De acordo com Márcio Santos, diretor de estratégia e gerenciamento de produtos da Monsanto, a intenção da empresa é extinguir os processos na Justiça sobre a cobrança

dos royalties da soja RR. Além disso, ao assinar o acordo, o produtor já reconhece a patente da segunda geração da tecnologia, a Intacta RR2 - disponível na safra 2013/14 - e se compromete a pagar pelo seu uso.

Êxodo rural impõe desafios a compradores de commodities. Sarah Murray | Financial Times – Valor Econômico. 25/01/2013

Ao mesmo tempo em que o trabalho infantil continua sendo causa de preocupação na produção de café e de cacau no mundo em desenvolvimento, os compradores mundiais dessas commodities também se preocupam com o envelhecimento da força de trabalho. Muitos pequenos proprietários rurais estão ficando mais velhos e seus filhos estão abandonando o campo - a questão agora é como tornar o cultivo de commodities atraente para os mais jovens.

A maioria das estatísticas aponta para uma mudança do perfil etário nas áreas rurais. Em um estudo realizado para a fabricante britânica de doces Cadbury, controlada pela Mondelez International, sobre os produtores de cacau em Gana, a média de idade dos agricultores era de 51 anos.

A pesquisa detectou também diferenças significativas de produtividade por idade. Os agricultores mais velhos produzem menor tonelagem por hectare que os mais jovens, que apresentam maior tendência de usar técnicas modernas de cultivo e de introduzir métodos inovadores de produção agrícola.

"Quando examinamos nosso crescimento e a maneira de conseguirmos atender à demanda no futuro, esse é um grande desafio", diz Roland Weening, vice-presidente de comercialização e sustentabilidade da divisão de café do grupo mundial de salgadinhos Mondelez International (antiga Kraft Foods).

Uma série de motivos está por trás da mudança de distribuição etária dos produtores de café e cacau. Para começar, a precariedade da dieta e a falta de acesso aos serviços podem levar os filhos dos cafeicultores a procurar melhorar de vida fora de seu local de origem.

"Para os jovens, a segurança alimentar é um problema, bem como o acesso à educação, saúde e água", diz Rick Peyser, diretor de defesa social e envolvimento com a comunidade para a cadeia de suprimentos da Green Mountain Coffee Roasters (GMCR). "Um grande número de fundamentos econômicos simplesmente não existe".

Ao lado do Centro Internacional de Agricultura Tropical, a GMCR pesquisou as condições das famílias de produtores rurais na América Latina. Detectou que todas elas vivenciaram episódios de escassez de alimentos, especialmente após o período da colheita da safra.

Mesmo quando as necessidades básicas são atendidas, o baixo potencial de renda dos pequenos proprietários também está levando os jovens a deixar a zona rural, muitas vezes com apoio dos pais.

No estudo da Cadbury, muitos agricultores disseram relutar em estimular seus filhos a trabalhar no setor de cacau porque ele é visto como de baixo prestígio social, perigoso e intensivo em utilização de mão de obra. "Existe também um problema de imagem da atividade agrícola: as pessoas não a encaram como uma boa profissão", diz Weening. "Isso diz respeito ao orgulho das pessoas, à ambição de serem respeitadas e sentir que levam uma vida gratificante e digna".

Tendo em mente a sustentabilidade de longo prazo da oferta, os compradores de cacau e de café estão tomando medidas para reverter o êxodo dos jovens. Em novembro a Mondelez anunciou um investimento de US\$ 400 milhões ao longo dos próximos dez anos em iniciativas destinadas a melhorar as condições de subsistência e de vida de mais de 200 mil produtores de cacau e de aproximadamente 1 milhão de pessoas das comunidades produtoras de cacau.

Boa parte da ênfase do investimento da empresa está no fomento à próxima geração e na contribuição para transformar os vilarejos produtores de cacau em locais em que as pessoas querem viver.

Naturalmente, parte disso envolve a elevação da renda, promovida para que os agricultores adotem técnicas que lhes ofereçam maior eficiência e produtividade. "Por meio da educação e da capacitação podemos, em muitos casos, duplicar ou triplicar a produtividade deles", afirma Weening.

A capacitação e o apoio agrícolas também ajudam os agricultores a ir além da condição de trabalhadores, para se tornarem empresários agrícolas com várias qualificações, desde a poda eficiente até a administração dos recursos hídricos. "Isso lhes dá perspectivas econômicas, mas é mais interessante quando a pessoa não é apenas um trabalhador na colheita, e sim um agrônomo", diz Weening.

Outra estratégia crucial é ajudar o produtor a diversificar as fontes de renda pela incorporação de novos produtos agrícolas ou outras atividades geradoras de renda, como a criação de abelhas.

Peysen cita o exemplo de um casal de produtores rurais, com 0,6070 hectare - ou 6.070,30 m² - plantados com café na Nicarágua. O casal, que participou de um dos programas de segurança alimentar da GMCR, começou a plantar árvores frutíferas e a processar as frutas em geleias para venda no mercado local, e a cultivar maracujás, o que acrescentou cerca de US\$ 700 mensais à sua renda.

Estratégias como essa não apenas aumentam a renda dos agricultores como também os defendem contra as quedas dos preços mundiais do café ou do cacau. "A ideia não é tirar os agricultores do cultivo do café, mas complementar sua produção de café e ajudá-los a aproveitar melhor a produção agrícola", afirma Peysen.

No entanto, Solitaire Townsend, cofundadora da Futerra, a empresa de comunicações pela sustentabilidade, diz que as empresas podem ter de examinar os fatores menos óbvios que afastam os jovens da produção agrícola.

"O pequeno segredo de todos os fornecedores é que o seu público lhes dá a resposta", diz ela. "O que é preciso perguntar aos jovens é o que eles querem com a produção

agrícola. A suposição é que digam boas escolas e boa renda, mas eles poderão dizer conexões de internet e futebol".

Na África, agricultura virou a última opção de carreira – Valor Econômico. 25/01/2013

Uma forma de evitar que os jovens saiam de áreas rurais é proporcionar-lhes oportunidades para tornarem-se mais do que trabalhadores rurais. Esse é o objetivo de um programa financiado pela Fundação MasterCard e operado pela TechnoServe, uma organização americana sem fins lucrativos.

O programa será implementado em três países: Quênia, Ruanda e Uganda. E tendo em vista que o desemprego juvenil é um problema ali, sobretudo em áreas rurais, o desafio é mudar a cultura em que os jovens veem a agricultura como última opção de carreira. "Historicamente, sabemos que não é possível ganhar muito dinheiro com agricultura", diz Bruce McNamer, presidente da TechnoServe.

Para mudar isso, a MasterCard investirá US\$ 11,5 milhões nos quatro anos do programa Fortalecimento do Desenvolvimento da Juventude Rural através de Empreendedorismo (Stryde, em inglês).

A operacionalização do programa está a cargo da TechnoServe, que equipa empresários no mundo em desenvolvimento para que possam criar empresas que gerem empregos e reduzem a pobreza.

O objetivo do Stryde é proporcionar a cerca de 15 mil jovens que vivem em áreas rurais a capacitação, desenvolvimento de negócios e orientação para ajudá-los a aproveitar oportunidades na cadeia de agregação de valor agrícola. "A aspiração do programa é de caráter comercial e ele será avaliado dessa forma", explica McNamer.

A avaliação de impacto, segundo ele, deverá se concentrar em quantas pequenas empresas terão sido criadas e quantos postos de trabalho terão sido gerados como resultado do esforço, bem como o efeito de longo prazo de conversão de áreas rurais em lugares onde os jovens possam ganhar dinheiro.

Oportunidades para os empreendedores podem incluir a criação de pequenas empresas fornecedoras de insumos agrícolas, disponibilizar recursos logísticos, infraestrutura para armazenagem ou oferta de irrigação, embalagens ou serviços de pulverização agrícola.

"É abrangendo um conjunto mais amplo de abordagens que podemos tornar mais atraente a vida numa área rural, examinando mais do que só a agricultura propriamente dita e focando a criação de empresas", diz McNamer.

Isso, diz ele, significa ajudar a desenvolver modelos comerciais agrícolas robustos que permitam aos jovens considerar a agricultura como uma oportunidade de negócios. O próximo passo é proporcionar capacitação e acesso ao capital para financiar essas empresas.

Nos países alvo visados, poucas dessas oportunidades foram assumidas por jovens, em grande parte devido à falta de formação ou indisponibilidade de capital.

Para essa razão, o esquema tem forte ênfase em educação. Os participantes embarcarão em um programa de treinamento de três meses destinado a desenvolver empreendedorismo e habilidades para o desenvolvimento de carreiras, e eles receberão um período adicional de nove meses de aconselhamento e orientação de um treinador de jovens.

Eles também poderão participar de competições com planos de negócios concorrentes e participar de feiras de emprego onde se encontrarão com representantes de empresas locais. "Nem todo mundo se converterá em empreendedor", diz McNamer. "Mas, na medida em que haja um conjunto de oportunidades na cadeia de valor, haverá também potencial para a formação de pequenas empresas que tenham oportunidades de criação de emprego em torno de si".

Restrições de imóveis rurais a estrangeiros. Marcelo J. L. Valença e Leandra C. S. Vinholi – Valor Econômico. 25/01/2013

A aquisição de terras no Brasil por estrangeiro é matéria que ainda gera discussão. Desde de 1971 existe uma lei que restringe a aquisição de imóvel rural por estrangeiro no Brasil. As restrições ao estrangeiro pessoa física são claras. Para adquirir a propriedade de imóvel rural no Brasil, o estrangeiro, com visto de turista, ainda que tenha inscrição no CPF, está sujeito às restrições relacionadas ao tamanho da propriedade, que não poderá exceder a 50 módulos rurais - medida agrária que varia de região para região do Brasil, e que pode ser definida como a área necessária para uma família sobreviver de agricultura de subsistência.

Além disso, se for em loteamento rural, ao percentual de lotes de propriedade de estrangeiros não poderá exceder a 30%. Está também sujeito à aprovação da entidade federal com autoridade sobre a segurança nacional, se o imóvel estiver em área de segurança nacional. Já a extensão do total de terras pertencentes aos estrangeiros está limitada a um quarto da superfície do município; e à vedação de doação de terras da União ou dos Estados.

Em relação ao estrangeiro pessoa jurídica, ou seja, empresas criadas e existentes de acordo com leis de outros países, as restrições também são claras e estão previstas na Lei nº 5.709 de 1971: (a) só poderão adquirir imóveis rurais destinados à implantação de projetos agrícolas, pecuários, industriais, ou de colonização, vinculados aos seus objetivos estatutários; (b) tais projetos deverão ser aprovados pelo Ministério da Agricultura ou pelo Ministério da Indústria e Comércio, conforme a natureza do projeto; (c) só poderão adquirir terras num limite onde a soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas, não ultrapasse a um quarto da superfície dos Municípios onde se situem.

As dúvidas pairam sobre empresa brasileira criada e existente de acordo com as leis brasileiras, porém controladas por estrangeiros.

A Constituição Federal, em vigor desde 1988, dizia em seu artigo 171 que havia as empresas brasileiras de capital nacional e as empresas brasileiras de capital estrangeiro. As empresas brasileiras eram aquelas que tinham sede e administração no Brasil, porém poderiam ter participação de estrangeiros em seu capital, e as empresas brasileiras de capital nacional eram aquelas cujo controle efetivo e permanente fosse de pessoas físicas domiciliadas e residentes no Brasil ou empresas controladas pelo governo.

Em 1995 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 6, que acabou com a distinção entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital estrangeiro mediante a revogação do artigo 171. A partir de então, todas as empresas com sede e administração no Brasil passavam a ser empresas brasileiras, independentemente de quem participasse do seu capital social.

De 1995 a 2012 a Advocacia-Geral da União (AGU), que funciona como o departamento jurídico do governo federal, ora dizia que havia, e ora dizia que não havia restrição para a aquisição de imóvel por empresa brasileira com capital estrangeiro. O resumo da ópera foi no sentido de que de 1971 a 1995, havia restrição. De 1995 a 2008 tal restrição não prevaleceu. E, finalmente, de 2008 até 2012 a restrição voltou a prevalecer.

Qualquer restrição aos direitos fundamentais deve ser objetiva e clara

Confusões da administração pública federal à parte, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) determinou em 12 de setembro de 2012 que empresa brasileira com capital estrangeiro registrasse junto aos cartórios de imóveis o ato societário de incorporação de uma sociedade que possuía imóveis rurais e, desta forma, tais imóveis seriam transferidos à empresa brasileira com capital estrangeiro.

Na decisão, o TJ-SP entendeu que a Constituição Federal de 1988 não acolheu o artigo 1º, parágrafo 1º da Lei nº 5.709, de 1971, o qual foi expressamente revogado pela redação original do art. 171 da Constituição (aquela que diferenciava empresa brasileira de capital nacional e de capital estrangeiro) e que fora posteriormente revogado pela Emenda Constitucional nº 6/1995.

O Poder Judiciário do Estado de São Paulo, através da Corregedoria-Geral da Justiça e conforme parecer de nº 461/2012-E, determinou que o Poder Judiciário do Estado de São Paulo acate a decisão do TJ-SP no sentido de que a restrição para aquisição de imóvel rural por empresa brasileira com capital estrangeiro não mais prevalece desde 1988. Tal parecer foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico de 11 de dezembro de 2012, caderno administrativo, pág.35 (www.imprensaoficial.com.br) e portanto, tornou-se público e vinculante. Os tabeliães e os oficiais de registro vinculados ao Poder Judiciário do Estado de São Paulo estão desobrigados de observar as restrições e as determinações impostas pela Lei n.º 5.709/1971 nos casos de pessoas jurídicas brasileiras cuja maioria do capital social se concentre em poder de estrangeiros residentes fora do Brasil ou de pessoas jurídicas com sede no exterior. O corregedor nacional de Justiça será oficiado para que tome conhecimento dessa decisão e também opine sobre o tema.

Resumindo, temos de um lado o departamento jurídico do governo federal (que funciona como uma espécie de administração de uma empresa) determinando que há

restrições para a aquisição de imóvel rural por empresa brasileira com capital estrangeiro; e do outro lado, o Poder Judiciário (que funciona como uma espécie de auditoria externa de uma empresa) determinando que tais restrições não existem.

Se o país fosse uma empresa, quem deveria resolver a questão deveriam ser os donos, sejam quotistas ou acionistas, simplesmente ele, o cidadão brasileiro.

Do ponto de vista legal, qualquer restrição aos direitos fundamentais, e a propriedade é um deles, deve ser objetiva, clara e precisa. Se há três verdades sobre a aquisição de imóvel rural por empresa brasileira com capital estrangeiro é que não há objetividade, não há clareza e tampouco não há precisão. Esta última tanto denotativa e conotativamente.

Marcelo José Lomba Valença e Leandra Cristina Scarasati Vinholi são, respectivamente, sócio responsável pela área de Operações Imobiliárias do Almeida Bugelli e Valença Advogados Associados, consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e professor do mestrado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP); advogada do mesmo escritório e especialista em direito administrativo pela Sociedade Brasileira de Direito Público

Produtores rejeitam acordo com Monsanto. Tarso Veloso – Valor Econômico. 29/01/2013

Produtores rurais criticaram a adesão de dez Federações de Agricultura Estaduais e da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) ao acordo proposto pela Monsanto para a suspensão da cobrança de royalties da soja Roundup Ready (RR) nas safras 2012/13 e 2013/14.

Em litígio com a múlta americana na Justiça, agricultores alegam, em ações coletivas e individuais, que o montante devido pela empresa com cobranças indevidas de royalties se aproxima de R\$ 1,7 bilhão. (Em 2011, a empresa faturou R\$ 2,8 bilhões no Brasil).

Produtores de Mato Grosso (representados pela Famato) e Rio Grande do Sul, que questionam judicialmente a cobrança das taxas a partir de 2010, alegam que a intenção da empresa é minimizar o "evidente prejuízo" que sofreria após "seguidas derrotas na Justiça". A múlta nega que tenha decidido propor o acordo com receio de ser derrotada nos tribunais. As brigas em torno da validade da patente começaram em 2009.

Os agricultores desejam receber de volta, em dobro, os valores pagos desde outubro de 2010, quando, na opinião deles, expirou o direito de propriedade intelectual da tecnologia RR. A empresa diz que a validade da patente vai até 2014, mas o assunto está sendo discutido na Justiça.

Enquanto responde aos processos de produtores rurais nos tribunais, a Monsanto tenta assegurar a validade da patente até 2014. A companhia insiste que a validade no Brasil deve ser a mesma que vigora nos Estados Unidos. A alegação é que as patentes que protegem a tecnologia RR foram registradas ao longo de vários anos. Nos EUA, o prazo de vigência dos direitos sobre a tecnologia começa a contar após o último registro.

A Justiça brasileira, porém, já se manifestou, determinando que a contagem do prazo de domínio da tecnologia se inicia a partir da "data do primeiro depósito no exterior". O assunto está nos tribunais superiores brasileiros.

No processo que corre na 15ª Vara Cível de Porto Alegre, o juiz Giovanni Conti - em sentença proferida em 19 de abril do ano passado - condenou a Monsanto a devolver todos os valores cobrados sobre a produção da soja transgênica a partir da safra 2003/04, corrigida pelo IGPM e acrescida de juros de 1% ao mês.

Já o Tribunal de Justiça de Mato Grosso concedeu em outubro do ano passado liminar favorável à Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) e a 24 sindicatos rurais, ao determinar que a Monsanto suspendesse imediatamente a cobrança de royalties sob o uso da soja RR. Na semana passada, decidiu que os agricultores deveriam depositar os valores em juízo até que o mérito da ação seja julgado.

Após a divulgação de que a Monsanto havia assinado uma "declaração de princípios" com sindicatos rurais, produtores e entidade sociais se manifestaram contra o documento. Em nota, declararam que o documento está "recheado de interesses financeiros e pessoais", sendo "inaceitável, imoral e lesivo".

Na prática, a Monsanto se propõe a suspender a cobrança dos royalties até 2014. Em contrapartida, os agricultores precisam se comprometer a não questionar judicialmente os valores dos royalties pagos a partir de 2010. A Comissão de Direito Agrário e Questões do Agronegócio da OAB/SC (CDAGRO) se manifestou contra o acordo. Em nota, a entidade disse que a cobrança é indevida.

A Monsanto afirma que possui o direito de explorar os royalties da soja RR até 2014. Segundo o diretor de estratégia e gerenciamento de produtos da Monsanto, Márcio Santos, a posição é a de provar na Justiça a legalidade da cobrança. "Os tribunais estão decidindo que o produtor que utilizar a tecnologia terá de pagar e que pode, a seu critério, fazer um depósito judicial até que o mérito seja julgado. Em todo caso, as decisões estão mostrando que temos direito de cobrar, e a cobrança está mantida", afirmou.

Segundo ele, a alegação de que a decisão de encerrar as disputas em torno da soja RR aconteceu após derrotas nos tribunais de Mato Grosso não procede. "Começamos com esse assunto em março de 2012 na CNA e o processo no TJMT só começou em outubro", disse.

Agricultura ainda gera desconfiança. Louise Lucas | Financial Times – Valor Econômico. 29/01/2013

Soa como o próprio paraíso para investidores: um setor que vale estimados 10% da produção da economia mundial, com demanda suficiente para puxar um aumento da produção projetado em 70% até 2050. Mas a agricultura - o ponto de partida de uma cadeia alimentar que terá de nutrir 9 bilhões de pessoas até meados do século - deixou cicatrizes em alguns grandes participantes de sucesso do universo dos investimentos. Muitos encaram agora com desconfiança um setor que fica à mercê de instabilidade climática, risco político e governos aventureiros.

A atitude marca uma reviravolta em relação a poucos anos antes da crise financeira de 2008, quando o Morgan Stanley comprou lotes de terra agrícola na Ucrânia, a Altima Partners queria criar "a primeira ExxonMobil do setor agrícola" e Crispin Odey, diretor do fundo de hedge Odey Asset Management, pregou: "Venda bancos, compre queijo".

Atualmente o apetite para recorrer ao setor continua sólido, mas moldado por advertências decorrentes das operações fracassadas daqueles anos de maior risco. Essa restrição é um breque para muitos dos que mais precisam de financiamento: 85% da produção vem de pequenos proprietários rurais, muitos dos quais têm necessidade de se expandir e aprimorar a tecnologia.

"Os produtores rurais enfrentam dificuldades para obter financiamento dos bancos e procuram fontes alternativas", diz Ashley Clarke, diretor associado da assessoria empresarial Grant Thornton. Richard Ferguson, diretor da Masdar Farming, qualifica a agricultura de "a última grande industrialização". É um processo que, segundo ele, demorará de 20 a 30 anos para acontecer, em boa medida refletindo o que ocorreu com o setor petrolífero por mais de um século: com propriedades rurais de menor porte reunindo forças e se tornando corporações.

A Rússia e a Ucrânia ilustram o processo. Pelos ditames das reformas instituídas após o colapso da União Soviética, as fazendas coletivas passaram para as mãos de centenas de indivíduos; diante disso, um terço da terra deixou de produzir.

As aquisições corporativas começaram, para valer, em 2002. Ferguson se lembra de uma empresa agrícola que ostentava 70 advogados em seu quadro de 1,6 mil funcionários, cujo tempo era gasto comprando parcelas individuais de extensões de terra. Elas formaram a base de alguns dos grandes grupos atuais com ações em bolsa, como o Cherkizovo e a Black Earth Farming.

Mas o descompasso entre as expectativas dos que tentam obter capital e os que o fornecem está emperrando o fluxo de investimento. Uma consultoria ilustra o escancarado vácuo de financiamento existente com o caso de um fundo de hedge de Nova York que fez as avaliações de contas com vistas à compra de um grande projeto agrícola no Brasil. O fundo acabou desistindo do negócio ao perceber que apenas ganharia o devido fluxo de caixa positivo "um mês por ano", dado que a colheita ocorre também uma vez por ano. Outras questões fazem os investidores parar para pensar. A agricultura é fragmentada, de pequena escala e localizada, e projetos isolados são considerados arriscados demais.

Em vez disso, os investidores estão apostando no crescimento do setor via equipamentos e tecnologia, com a compra de ações como a da fabricante de tratores John Deere ou a fornecedora de sementes Syngenta.

A escassez desses grupos com ações registradas em bolsa também explica os desenfreios múltiplos colhidos pelas que efetivamente existem - os papéis do grupo de genética animal Genus, com ações no Reino Unido, são negociados a 26 vezes os lucros previstos. Em contrapartida, existe um cemitério de tamanho considerável de ações agrícolas que despencaram como as da Asian Citrus e as da Asian Bamboo.

Assim, investidores estão prospectando maneiras de tornar a atividade agrícola algo mais investível. Entre os modelos estão associar os agricultores em cooperativas. O modelo também é proveitoso para captação de recursos. As cooperativas agrícolas podem se aglutinar para investir em processamento ou refino. A cooperativa neozelandesa de leite e derivados Fonterra captou no ano passado 525 milhões de dólares neozelandeses por meio de um novo fundo, referenciado em seu desempenho financeiro. O registro em bolsa transformou a Fonterra na maior empresa da Nova Zelândia.

Mas outros analistas arrolam contrapontos a essas histórias de sucesso, como os da Landkom, Asian Citrus e da Black Earth Farming. Esta última foi formada para investir na produção russa de grãos e possui um banco de terras maior do que Luxemburgo, mas o lucro encolheu em cada um dos últimos cinco anos, num desempenho qualificado pela empresa como "decepcionante".

A Landkom, que entrou na bolsa em 2007 e, por causa da crise financeira teve que desvencilhar das ambições de expandir seu banco de terras; comprou em seguida o maquinário errado e amargou uma safra precária de canola - até ser comprada a preço de banana.

Clarke, da Grant Thornton, vê mais atratividade em outras partes da Europa. Lá os investidores podem ganhar retornos sobre o capital de 1% a 2%, diante da valorização da terra que, no Reino Unido, por exemplo, dobrou nos últimos cinco anos.

Jürgen Siemer, analista-sênior da Sustainable Asset Management, concorda. "O preço da terra está subindo. Assim, investimentos na agricultura tornam-se mais atraentes, e há mais lucro a computar".

Em 1993, quando a operadora de telefonia móvel Orange surgiu, não previa computar lucros por seis anos (ao que se revelou, ela gerou um lucro minúsculo em um, dentre sete anos). Em 2000, estava entre os cinco grupos do Reino Unido que desembolsaram US\$ 22 bilhões ou mais por concessões de operação de 3G -, o que empurrou as metas ainda mais para a frente.

A atividade pode ter um horizonte ainda mais distante. Kim Wagner, sócio do Boston Consulting, diz que os agricultores medem em gerações. Seu colega Decker Walker acrescenta: "A criação de valor nesse setor tem sido fabulosa". Não é coisa que investidores diziam sobre as telecomunicações em 2000.

Candidato à OAB pediu autorização para plantar soja em fazenda no PI – Folha de São Paulo. 30/01/2013

Estatuto da Ordem diz que escritórios não podem realizar 'atividades estranhas à advocacia'. Existe conflito com a lei, segundo interpretações; Furtado Coêlho afirma que não pretendia fazer exploração comercial.

O candidato à presidência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Marcus Vinicius Furtado Coêlho entrou com um pedido de desmatamento de uma fazenda no Piauí em nome do seu escritório, na qual ele declarou a finalidade de plantar soja.

Furtado Coêlho é o favorito nas eleições nacionais da OAB, que ocorrem amanhã. Ele disputa a presidência com Alberto de Paula Machado.

O pedido para plantar soja, segundo algumas interpretações, entra em conflito com a lei federal 8.906, de 1994, que criou o estatuto da OAB.

O artigo 17 desse estatuto diz que os escritórios não podem realizar "atividades estranhas à advocacia".

Eles podem até ser donos de fazenda, mas teriam de terceirizar as atividades agrícolas para não ferir a lei.

O objetivo é evitar que o acúmulo ilegal de funções e a captação irregular de clientes. Um exemplo: um advogado dono de imobiliária teria mais facilidade do que seus pares de ter clientes na área. O artigo tem também a intenção de evitar conflitos de interesses.

PARA VALORIZAR

Furtado Coêlho confirma que fez o pedido para desmatar e plantar soja, mas diz que não violou a lei porque não tinha intenção de explorar a fazenda. Ele afirma que recebeu a área em pagamento por uma ação que visava retirar posseiros da área.

O pedido de desmatamento foi assinado pelo próprio advogado em janeiro de 2011 em documento à Secretaria de Meio Ambiente do Piauí.

O pedido foi aceito, mas, segundo Coêlho, não houve o desmate. A ideia de obter a licença, diz, visava valorizar a área. A fazenda de 2.400 hectares fica no município de Baixa Grande do Ribeiro, a mais de 400 km de Teresina.

Coêlho também é acusado pelo agricultor Manoel Correa de Souza de ter tomado dele uma fazenda de cerca de 2.000 hectares nesse município, como consta de processo administrativo no Instituto de Terras do Piauí.

Correa de Souza relata que o escritório foi contratado para regularizar a área e, no fim do processo, ficou com a fazenda. Furtado Coêlho afirma que nunca teve cliente com esse nome.

Na quinta-feira passada a Folha revelou que o candidato é réu num processo por improbidade. O advogado é acusado de ter recebido R\$ 42,3 mil de uma prefeitura do Piauí sem ter prestados serviços -o que ele nega.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa